

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Geociências
Departamento de Geografia

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Produção do espaço urbano de Campinas: um estudo sobre o bairro Jardim Ouro Verde,
como contribuição ao entendimento da formação de centralidades em áreas urbanas
periféricas**

CAMPINAS

2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Camila Silva Garcia Morcillo

**Produção do espaço urbano de Campinas: um estudo sobre o bairro Jardim Ouro Verde,
como contribuição ao entendimento da formação de centralidades em áreas urbanas
periféricas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa. Dr. Claudete de Castro Silva Vitte

CAMPINAS

2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

TERMO DE APROVAÇÃO

Autora: Camila Silva Garcia Morcillo

Título: Produção do espaço urbano de Campinas: um estudo sobre o bairro Jardim Ouro Verde, como contribuição ao entendimento da formação de centralidades em áreas urbanas periféricas

Orientadora: Profa. Dra. Claudete de Castro Silva Vitte

PARECERISTA

Profa. Dra. Claudete de Castro Silva Vitte (IGE/Unicamp)

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
INTRODUÇÃO.....	9
1. POBREZA E A DESIGUALDADE DE RENDA NO ESPAÇO URBANO.....	11
1.1. A URBANIZAÇÃO E O FENÔMENO DA POBREZA.....	12
2. INDUSTRIALIZAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO, A INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E SEUS IMPACTOS NA URBANIZAÇÃO DE CAMPINAS.....	16
3.USO DO TERRITÓRIO E A MORADIA EM CAMPINAS.....	18
4. O PLANO DIRETOR E A GESTÃO EM CAMPINAS.....	20
4.1. O PLANO DIRETOR DE CAMPINAS.....	21
4.2 A URBANIZAÇÃO EM CAMPINAS.....	26
5. ÁREA DE ESTUDO: O BAIRRO JARDIM OURO VERDE.....	35
5.1. O JD. OURO VERDE E A POLICENTRALIDADE.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53
ANEXO.....	56

À minha querida vovó, por todos os geladinhos nas tardes de domingo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente aos meus pais, Dulce e Manuel, por toda a educação, a dedicação, as broncas e o companheirismo ao longo da minha vida e que mesmo com a distância, sempre continuaram me apoiando e me fizeram perceber que sempre existe outra possibilidade, basta permanecer calmo e continuar seguindo.

À minha irmã Luciana pelas conversas, incentivos e milhares de ligações, mesmo não parecendo, ouvir a sua voz todos os dias sempre me motivou a continuar com a minha trajetória. Obrigada por me fazer ser uma pessoa menos relapsa.

E aos irmãos e irmãs postiças que eu tive o privilégio de conhecer ao longo desses cinco anos de graduação. Aos moradores da extinta república *Só Canecas*, que me apoiaram intensamente durante a minha fase de adaptação nessa nova cidade. Obrigada Marlon, Brunão, Fefis, Marquito e Lilis, pelas conversas, risadas, conselhos, bolo surpresa e pela nova concepção de mundo que vocês foram responsáveis por me mostrar.

As minhas grandes amigas Deborah e Maryelle, por todos os momentos vividos e pelos que ainda tenho certeza que iremos viver. Ao Marcelo por ter acreditado em mim e ter me dado a oportunidade de trabalhar em algo que gosto, e assim possibilitar que eu percebesse um novo sentido na Geografia.

A querida Babi, por sua doçura e companheirismo, grata por sempre guardar um pratinho de comida pra mim, faz toda a diferença ter uma comida caseira depois de um longo dia de serviço. A Juju por toda a alegria irradiada da sua música e pelas conversas, mesmo que sonâmbulas. A Jackie, companheira de longa data e a Bebê, por sempre estar sempre disposta a compartilhar. Aos meus amigos Rodrigo, grande parceiro de docinhos, e Eduardo e Mateus, pelas histórias, sarcasmos e conhaques.

Ao Guilherme, por todos esses anos de companheirismo e amor. Seu jeito otimista e brincalhão, apesar de me irritar em alguns momentos, foi o que me fez não desistir em tantos outros.

Aos professores que contribuíram para a minha formação profissional como Geógrafa. Em especial, a Profa. Claudete por ter me orientado ao longo da minha monografia.

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 1- Área de Estudo: Município de Campinas (SP).....	14
Figura 2- Macrozonas 5 de Campinas- Localização do Jd. Ouro Verde.....	15
Figura 3- Macrozonas de Campinas.....	25
Figura 4- Evolução da Mancha Urbana na região sudoeste do município de Campinas, SP.....	31
Figura 5- Distribuição de renda mensal por domicílio, no município de Campinas (SP).....	38
Figura 6- Condomínio Atlântico Norte, bairro Ouro Verde, Campinas (SP).....	43
Figura 7- Shopping Spazio Ouro Verde.....	44
Figura 8- Corredor com lojas para serem alugadas, Shopping Spazio Ouro Verde.....	44
Figura 9- Propaganda sobre a criação da passarela que une o Terminal Ouro Verde ao Hospital e Ambulatório Ouro Verde.....	46
Figura 10- Hospital Ouro Verde.....	46
Figura 11- Comércio informal próximo ao Terminal Ouro Verde, Campinas (SP).....	47
Tabela 1- Comparação dos valores imobiliários entre três bairros do município de Campinas, SP.....	42

RESUMO

O trabalho foi formulado por meio do estudo sobre o bairro Ouro Verde, a partir das práticas urbanas que marcaram a história do município de Campinas. O bairro está situado na região sudoeste de Campinas. Essa porção é caracterizada pela sua descontinuidade urbana, pela carência de infraestrutura e pela população de baixa renda. Nos últimos dez anos, a Prefeitura de Campinas iniciou o processo legal de urbanização do bairro, com medidas de regularização fundiária e fornecimento de serviços de infraestrutura e melhorias urbanas. Assim, partindo do entendimento sobre a pobreza e, posteriormente, sobre a urbanização e segregação da população mais pobre. Não sendo restrita a somente a este bairro, a pobreza é centenária na história no Brasil. Estudar a pobreza é fundamental para entender a sua origem e formação e a partir disso, as relações que são estabelecidas num determinado espaço. O entendimento dessa problemática pode se dar por meio da espacialização da pobreza no bairro Ouro Verde, para isso, um breve histórico sobre a urbanização de Campinas foi realizado com a finalidade de contextualizar esse bairro dentro dos limites municipais. O estudo realizado tem por bases os seguintes aspectos: urbanização de Campinas, tendo em mente, a cidade e seus processos que influenciam o modo de vida urbano e a constituição das zonas periféricas do município de Campinas, ressaltando como o bairro Ouro Verde está inscrito nessa dinâmica.

Palavras-chaves: urbanização, periferia, centralidade, Jd. Ouro Verde, Campinas

INTRODUÇÃO

O ponto de partida do presente trabalho foi contextualizar a pobreza em âmbito nacional e depois realizar um recorte com foco no município de Campinas para, assim, efetuar uma análise embasada na área de estudo, o bairro Jardim Ouro Verde. Em um município como o de Campinas ainda existe um alto percentual da população vivendo de forma precária. Por isso abordar a pobreza em todas as suas facetas é um assunto de extrema importância e nunca redundante, pois ao compreender esse fenômeno complexo, suas formas e as diferentes conceitualizações contribuem no entendimento da sua manifestação nas áreas urbanas para subsidiar políticas públicas que visem maior eficácia na resolução desse problema, sem ocultar que o espaço urbano exprime as condições de desigualdade e a segregação dos modos de produção.

No estudo sobre pobreza é fundamental entender sua origem e a sua formação contraditória em determinado espaço. SANTOS (2009) afirma que a pobreza não pode ser vista somente como um problema econômico, ela deve ser encarada como um problema social. Trata-se de uma categoria política e por isso sua definição deve ir além de indicadores socioeconômicos como profissão, renda e escolaridade. A partir desta contextualização, pretende-se compreender o desenvolvimento e a espacialização da pobreza em áreas urbanas, a partir dos processos de industrialização e do desenvolvimento urbano e como estes influenciaram e repercutem até os dias de hoje no desenvolvimento do Bairro Jardim Ouro Verde.

A pesquisa pretendeu contribuir para uma melhor compreensão da produção do espaço urbano de Campinas. Para isso, um breve histórico sobre a urbanização de Campinas e do bairro Jardim Ouro Verde foi realizado. O trabalho tem por intuito contribuir para o debate sobre as novas facetas da desigualdade e da segregação partindo do estudo de caso em Ouro Verde, Campinas (SP).

O trabalho a seguir foi dividido em quatro partes. A primeira parte consiste na caracterização da pobreza e da desigualdade de renda no espaço urbano em escala nacional, Na segunda parte, uma caracterização sobre a origem de Campinas, relatando como a instalação das suas primeiras indústrias foi realizada. A análise de como esse processo está atrelado à intensificação da urbanização e a produção de territórios para fins de moradia foi feita na terceira parte do trabalho e por fim, a quarta parte é constituída pela caracterização do bairro Jardim Ouro Verde.

A pesquisa bibliográfica foi executada a partir dos acervos das bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas e, para complementar este levantamento, foram consultados volumes de outras bibliotecas das Universidades Estaduais Paulistas por meio da internet, acervos de periódicos e bibliotecas digitais de dissertações e teses, bem como artigos de jornais de grande circulação (Correio Popular e Folha de S. Paulo). O Plano Diretor do município de Campinas foi analisado para assim compreender como ocorreu o processo de planejamento municipal e a implantação da

política de desenvolvimento urbano na cidade e no bairro em estudo.

Para um melhor estudo, mapas temáticos sobre a evolução da mancha urbana na região sudoeste e a distribuição de renda entre os municípios foram feitos. Pesquisas de campo para o reconhecimento da área estudada também foram feitas, bem como o uso de entrevistas para complementar a base de dados levantados para o trabalho.

1. POBREZA E A DESIGUALDADE DE RENDA NO ESPAÇO URBANO

Segundo ROCHA (2003), a diferença existente entre os países, principalmente com relação ao desenvolvimento econômico e as tradições culturais, exige cautela na hora de adotar o termo *pobreza*, pois se deve, durante a análise, considerar as especificidades de cada local. No entanto, é comum entender que um contingente populacional privado do atendimento de suas *necessidades básicas* é a referência quando se trata de discutir pobreza em âmbito internacional.

A autora acima supracitada afirma que os *pobres* são aqueles que com sua renda situam-se abaixo do valor estabelecido pela linha de pobreza, isto é, são pessoas incapazes de atender às suas necessidades básicas mínimas na sociedade em questão, enquanto os *indigentes* compõem um subconjunto dos pobres, em que a renda é inferior à necessária para atender apenas as necessidades alimentares.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração é a distribuição da renda. Ela aparece como principal determinante de bem-estar da população. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo* (2012), uma redefinição sobre as classes sociais foi estabelecida pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), em que a classe extremamente pobre corresponderia àquela de renda *per capita* familiar de até R\$ 81 e os pobres com renda entre R\$ 81 a 162.

A novidade aparece com relação à classe média. Observa-se uma nova classificação e definição da classe média, que corresponde a aproximadamente 54% do total: essa é dividida em três grupos: a baixa classe média, com renda *per capita* familiar de R\$291 a 441; a média, com renda entre R\$ 441 a 641; e a alta classe média com renda *per capita* familiar entre R\$641 a 1.019. Em contraposição, a baixa classe alta corresponderia ao estrato com renda *per capita* acima de R\$1.019 a 2.480 e a alta ficaria acima desse valor. Na reportagem, o secretário da SAE afirma que esse crescimento ocorreu principalmente devido ao maior acesso a empregos formais, mas que, apesar disso, ainda apresenta alta taxa de rotatividade.

O espaço geográfico reproduz essa desigualdade de renda e nele o sentido de espaço público e a compreensão sobre a cidadania são distorcidos, pois não há igualdade de acesso e de direitos para todos nessa sociedade que preza a “distinção” como recurso de valor social, de forma que, como salienta GOMES (2006), as práticas sociais dependem de um arranjo físico para acontecerem plenamente e criarem futuras condições de sociabilidade. Não podemos, portanto, acreditar que a materialidade do território se constrói naturalmente, ela acontece cercada de intencionalidades de acordo com os diferentes atores sociais.

Essas intencionalidades podem ser verificadas nos processos socioespaciais de construção da metrópole contemporânea, de acordo com GROSTEIN (2001), no reconhecimento de uma

cidade formal assumida pelo poder público, onde se concentram os investimentos urbanos de diversos tipos, e outra cidade construída à sua margem, que pode ser definida como *cidade informal*, a expressão que melhor pode representá-la, pois associa o fenômeno da expansão urbana ilegal ao da pobreza. A estas definições de cidade formal e informal estão associados o pressuposto de que o acesso à cidade ocorre de modo diferenciado e que é sempre socialmente determinado, compreendendo o conjunto das formas assumidas tais como: loteamentos clandestinos/irregulares; favelas; e cortiços.

Segundo GROSTEIN (2001), a *cidade informal* é uma realidade de longa data nas cidades brasileiras, especialmente nas metrópoles que tiveram seu crescimento acelerado, a partir dos anos 1940 e 1950, associada à industrialização brasileira, como São Paulo e Rio de Janeiro. Entretanto, metrópoles com crescimento mais recente como Belém, Brasília, Natal e Campinas apresentam padrão semelhante. A reprodução e a permanência desse padrão de urbanização apontam para a incapacidade do Estado em controlar, fiscalizar e também de financiar e promover moradia para as populações com menos recursos.

1.1 A URBANIZAÇÃO E O FENÔMENO DA POBREZA NO BRASIL

A partir dos anos 1930 e 1940, a urbanização incorporou-se às profundas transformações estruturais por que passavam a sociedade e a economia brasileira. A urbanização, de fato, apresenta uma dimensão estrutural, de acordo com BRITO e SOUZA (2005) sociedade tem se transformado cada vez mais, em uma sociedade urbana e essa transformação urbana acompanhou a acelerada industrialização da economia brasileira, que teve como marco histórico inicial mais importante a segunda metade da década de 1950, quando se tornou cada vez mais intensa com a expansão dos sistemas de transportes e dos meios de comunicação de massas. Essa grande transformação deve ser entendida como a construção irreversível da hegemonia do urbano, não só como o lugar privilegiado das atividades econômicas mais relevantes e da população, mas também como difusor dos novos padrões de relações sociais.

Posteriormente, durante as décadas de 1970 e 1980, pode-se observar com uma maior nitidez, a concentração populacional nos grandes conglomerados paulistas e, nos mesmos anos, segundo BRITO e SOUZA (2005), o crescimento nas periferias ainda se manteve bastante alto, apesar de declinante, pois elas também foram impactadas pela redução da fecundidade e das migrações. Mesmo assim, nas duas últimas décadas, a velocidade de seu crescimento permaneceu em torno de 3,0% ao ano.

De qualquer modo, no Brasil nota-se uma especificidade na urbanização, isto é, a

simultaneidade da urbanização com a metropolização, acrescida de outra peculiaridade que é o fato de nos aglomerados metropolitanos haver, uma notável tendência a um maior crescimento dos municípios periféricos em relação às capitais. Isso pode ser mais bem observado quando se utiliza como indicador a contribuição relativa do núcleo urbano, ou das capitais, para o crescimento absoluto dos aglomerados metropolitanos.

Esse processo de desenvolvimento e urbanização excludentes, como já foi dito anteriormente, é o resultado do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, e claramente não é um fenômeno exclusivo de Campinas e região. No entanto, a segregação espacial, resultante da supressão social gerada por este padrão periférico de desenvolvimento é agravada, e muitas vezes promovida pela própria gestão urbana, resultado da atuação do Estado, por meio de programas, políticas e legislações urbanas.

Estes instrumentos muitas vezes promovem a segregação espacial e a exclusão aos serviços e infraestrutura básica, como também promovem a valorização imobiliária que ocorre de forma diferente no espaço urbano, fazendo com que o acesso a terra seja quase inacessível à população mais carente que vive nas grandes cidades e não consegue ter acesso à moradia.

Em Campinas, assim como em outras grandes cidades do país, a população segregada do espaço urbano acaba utilizando diferentes estratégias para viabilizar o seu acesso à moradia e aos serviços básicos, ainda que essa moradia seja, em alguns casos, ilegal ou irregular. O fato do Poder Público, na grande maioria das vezes, ignorar essa ilegalidade é praticamente uma confissão da sua incapacidade em promover moradias e condições de vida digna a essas parcelas da população.

Pode-se afirmar que as estratégias para acesso à moradia da população urbana pobre, iniciaram-se, de acordo CAIADO (1998), por meio do surgimento de loteamentos clandestinos, e posteriormente, com a implantação de normas mais restritivas sobre o parcelamento do solo e de um empobrecimento ainda maior da população, pela estratégia da ocupação ilegal de áreas públicas e posteriormente de áreas de propriedade privada, sem falar da utilização de domicílios comuns a mais de uma família, ou mesmo da sublocação até mesmo nas habitações mais precárias da cidade.

Podemos observar os diferentes modos de uso e ocupação de Campinas na figura n.1 a seguir, que pode ser analisada de forma genérica por meio da interpretação das suas diferentes colorações, na qual os tons voltados para a coloração azul representam as diversas construções nas diferentes ruas, de domicílios e estabelecimentos comerciais indo até a cor verde e avermelhada que correspondem respectivamente a vegetação e solo exposto.

Área de Estudo: Município de Campinas (SP)

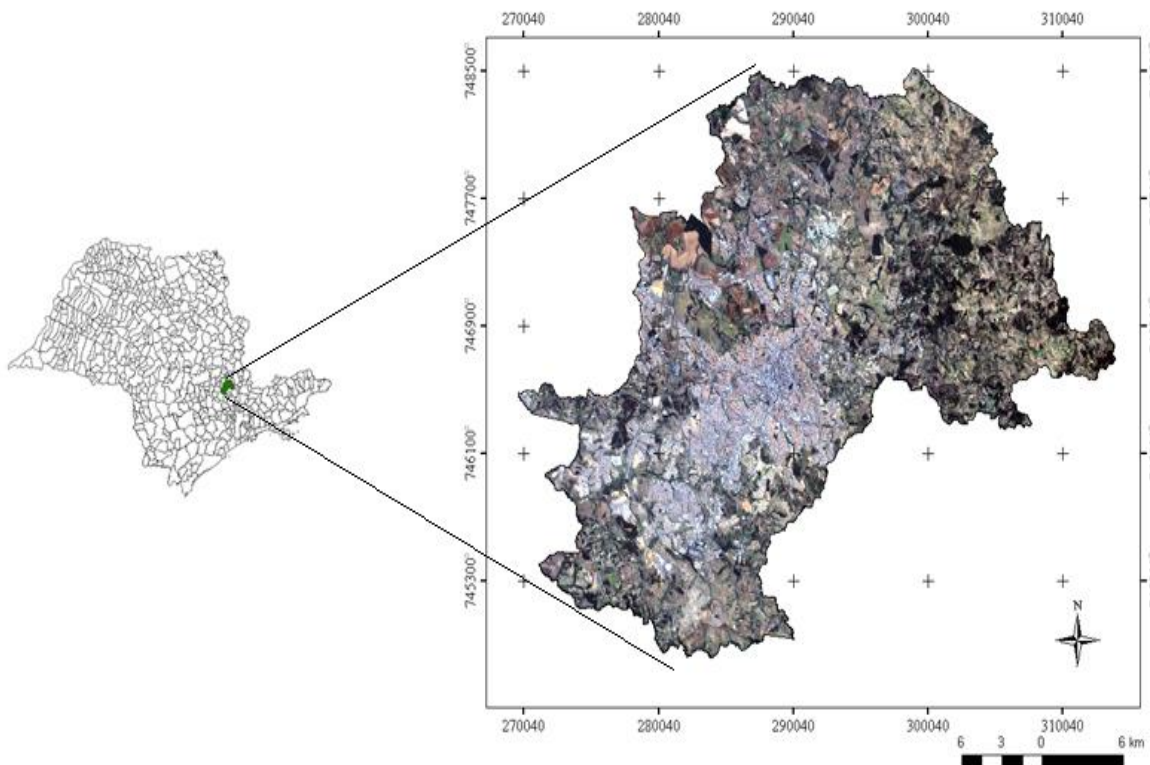


Figura 1- Área de Estudo: Município de Campinas (SP)

Organizado por Camila Morcillo, 19/10/2013.

Como dito anteriormente, por meio da interpretação das cores da figura n.1, é possível concluir que a mancha urbana no município de Campinas está localizada na porção central indo em direção as porções sul e sudoeste do município, ressaltando que o Jd. Ouro Verde está situado na região sudoeste da figura. E sua localização pode ser mais bem visualizada com o mapa abaixo, da Macrozona 5 do município de Campinas.

Macrozona 5- Localização do Jd. Ouro Verde

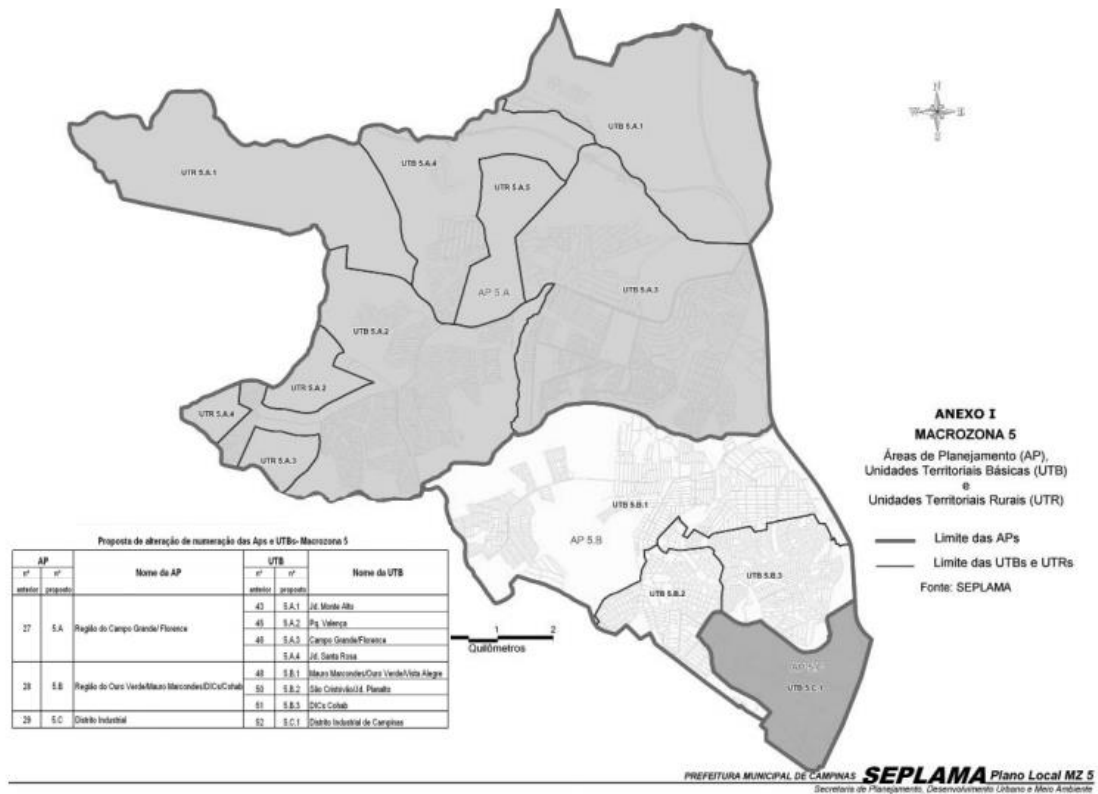


Figura 2 – Macrozonas 5 de Campinas- Localização do Jd. Ouro Verde

Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas (Seplama), 2012

O Jd. Ouro Verde está localizado na UTB (Unidade Territorial Básica) 5.B.1, aproximadamente na porção central da Macrozona, entre o Pq. Valença e o Jd. Campo Grande a norte e o Jd. Planalto/São Cristovão e DIC's Cohab a sul.

2. INDUSTRIALIZAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO, A INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E SEUS IMPACTOS NA URBANIZAÇÃO DE CAMPINAS

O desenvolvimento industrial de São Paulo começou por volta de 1880, por meio dos capitais adquiridos pela produção cafeeira. Entretanto, com a queda dos preços do café durante a Primeira Grande Guerra a indústria do café foi prejudicada e durante esse período houve uma diversificação de alguns segmentos da indústria paulista para atender o mercado nacional e se recuperar da crise.

Mas foi durante a década de 1930 que ocorreu uma mudança no paradigma brasileiro, o país deixou de ser essencialmente exportador de produtos agrícolas inserindo-se também no setor industrial. Essa medida foi importante para a recuperação da economia após a crise de 1929, uma vez que, o setor industrial começou a comandar o processo de acumulação de capital.

Foi a partir desse momento que a urbanização se intensificou, devido às mudanças na cadeia produtiva e durante a década de 1950 a indústria paulista passou para a fase na qual ocorreu a entrada de empresas multinacionais, destacando a indústria automobilística. Entretanto, durante os anos de 1960 houve uma desaceleração do crescimento econômico provocado pela crise político-econômica.

No início dos anos 1970 a economia brasileira passou por uma importante expansão, influenciada diretamente pelas políticas fiscais e monetárias. Com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, ocorreram estímulos para que os polos industriais se deslocassem em direção às regiões mais carentes, promovendo, dessa forma, o desenvolvimento e o crescimento econômico. Fatores como perda de vantagem comparativa e expansão de infraestrutura do interior paulista também contribuíram para esse processo. (CAIADO, 1998)

A desconcentração industrial segundo CANO (CANO *apud* TINEU, 2005), ocorreu devido ao crescimento rápido e desordenado da cidade de São Paulo. Dentre os fatores que propiciaram a desconcentração estão: a consolidação da logística das empresas; a legislação ambiental que forçou a instalação de fábricas em áreas com menores exigências ambientais; a grande articulação dos sindicatos na RMSP e a desestruturação da produção, com o modo de produção flexível que precisava estar mais próxima dos fornecedores.

Além disso, podemos citar a guerra fiscal, com a diminuição ou isenção dos impostos fiscais municipais e estaduais, a doação e a concessão de terras para a instalação de fábricas, a melhoria na infraestrutura rodoviária e aeroviária nas regiões administrativas de Campinas, Sorocaba e São José dos Campos e pelo desenvolvimento tecnológico das outras regiões administrativas devido à instalação de universidades e instituições de pesquisa.

A desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo possibilitou grandes

mudanças sociais, econômicas e espaciais nas regiões administrativas ao seu redor, entre elas Campinas. Aos poucos, a base da economia de Campinas foi se transformando de agrícola e rural para a de uma cidade urbana e industrial. Assim:

Com a expansão industrial, o mercado de trabalho ampliou-se, propiciando também um crescimento em outros setores de atividades. O comércio e o transporte também se beneficiaram com essa expansão, bem como o setor terciário, que já representava, em 1920, 24,8% do total da população economicamente ativa (PEA); o setor secundário absorvia 18,7% e o setor primário predominava com 56,5% da PEA. (CANO, 1977, p.40).

As primeiras indústrias originadas em Campinas datam do final do século XIX e elas foram as responsáveis por dinamizaram a economia, trazendo inovações técnicas à produção, ao meio urbano e à divisão do trabalho. Entre a Proclamação da República, em 1889, e o *Crash* de 1929, o Estado foi o responsável por financiar os principais investimentos ao lado do capital privado. Nesse contexto, Campinas é alçada da condição de produtor regional para a posição de participante nacional (SEMEGHINI, 1988).

Em Campinas, o capital industrial e os investimentos na produção agrícola são redirecionados, no sentido de readequar as cidades para o novo modelo econômico, focado na indústria de capital nacional. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial o cenário econômico - tanto para Campinas, como para todo país, modificou-se abruptamente, conforme afirma PRADO JUNIOR (1961).

Segundo SILVA (2013), com o término da Segunda Guerra foi iniciado um novo momento de aplicação e redirecionamento do dinheiro acumulado. Tanto a agricultura de subsistência, como a agroindústria exportadora das cidades, que já apresentavam um razoável nível de desenvolvimento urbano e que demandavam altos investimentos de capital, foram beneficiadas pelo Governo Federal. Esse processo possibilitou a dinamização das economias das cidades ao redor, possibilitando altos índices de retorno ao capital investido.

A industrialização e a conseqüentemente urbanização, representou a formação de uma nova ordem social e econômica, proporcionando o crescimento da cidade de Campinas e das regiões próximas a ela. Com o aumento da concentração urbana fizeram-se necessárias medidas urbanísticas. Assim, BAENINGER e SOUZA (2000) afirmam que, em 1938, Prestes Maia criou o *Plano de Medidas Urbanas*, colocando em discussão a necessidade da criação de uma lei de zoneamento específica para o município.

3. USO DA TERRA URBANA E A MORADIA EM CAMPINAS

Para realizar um estudo sobre o espaço urbano devem ser consideradas todas as ações acumuladas através do tempo que foram originadas por agentes responsáveis por modificar e produzir o espaço. Essa ação resulta num processo de reorganização espacial como a incorporação de novas áreas ou pelo abandono de outras. Contudo, a cada transformação do espaço, esse fica fragmentado, mas não deixa de ser articulado. Ainda que as formas espaciais e suas funcionalidades mudem, se pode afirmar que a desigualdade socioespacial persiste.

Os processos de valorização do espaço estão atrelados aos fatores históricos que, na interpretação de MORAES (2011) estão relacionados com o modo de produção, uma vez que essa categoria reproduz as formas prevalecentes da reprodução social em uma época e em uma determinada sociedade. A trajetória histórica deve ser analisada como resultado da ação de múltiplos processos nas diferentes esferas econômicas, sociais e políticas e que em sua articulação acaba revelando a sua lógica.

MORAES (2011) afirma que até o advento do capitalismo não era possível pensar um modo de produção dominante em escala global. Antes desse sistema, os territórios eram de uso mais restritos, isto é, estavam localizados em porções pontuais da superfície terrestre. Isso permite entender a expansão e o resultado da mundialização como atributos essenciais da espacialização do modo de produção.

O mesmo autor interpreta as relações estabelecidas pelo capitalismo e do capital na superfície terrestre como diametralmente opostas, apesar de estarem articuladas e serem complementares. Nessa relação,

[...]o capital instituiu as formas específicas de valorização capitalista do espaço ao realizar a subsunção da produção à sua lógica estrita, a do capitalismo propriamente dito. Já o capitalismo ao submeter os lugares cria formas capitalistas de valorização do espaço, subjugando diferenciadas e variadas formas de produção pré ou não capitalistas à sua dinâmica, algumas delas só se relacionando diretamente com a lógica própria do capital na esfera da circulação (MORAES, 2011 p.19-20)

Dessa forma, a valorização capitalista do espaço demonstra como o capital consegue criar a sua base espacial. Essa espacialidade do capital pode ser observada por meio da tendência à centralidade e à concentração que ele induz e que, na interpretação de MORAES (2011), essas tendências também seriam influentes sobre os meios de produção, um processo que modifica o que está estabelecido na estrutura urbana, o que acaba explicando o caráter contraditório e desigual das cidades capitalistas.

Para CORRÊA (2000), os principais agentes modificadores do espaço são as grandes empresas, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e o grupos sociais excluídos. Cabe a análise para compreender qual ou quais desses agentes são protagonistas na configuração do espaço geográfico no local de estudo.

De acordo com SILVA (2013), a legislação urbana em Campinas tem favorecido a transformação urbano-industrial a partir do momento que tenta induzir as atividades industriais a buscarem locais próximos à moradia da classe trabalhadora, em concordância com a expansão urbana. Ao mesmo tempo em que existem agentes legais e industriais, existe um mercado de terras operando de modo legal/ilegal e de modo formal/informal. Ele é o responsável por segregar a cidade com terras de maior valor para os detentores do capital produtivo e imobiliário e, por outro lado, para a classe trabalhadora resta a porção degradada e com poucas infraestruturas, resultando em uma ocupação fragmentada, desigual e dispersa.

4. O PLANO DIRETOR E A GESTÃO

O uso e ocupação do território deveriam ser ordenados segundo um Plano Diretor. Entretanto, esse instrumento é comumente aplicado de modo falho, o que favorece a ocorrência de ações regulares e irregulares, nas quais os loteadores induzem o processo de ocupação, direcionando suas ações na busca de novas áreas no espaço urbano.

O planejamento urbano e conseqüentemente, o Plano Diretor, são pautados pelo discurso convencional formulado pelas elites. VILLAÇA (1999) afirma que as ideias contidas nos planos passam a ser portadoras de uma ideologia dominante sobre os problemas que atingem as cidades. Durante o período entre 1940-1990 o planejamento urbano brasileiro vinculado ao plano diretor não atingiu os objetivos propostos. Nesse momento histórico, o planejamento não está inserido na esfera política, mas sim na da ideologia referente ao discurso do Estado.

Essa ideologia dominante é responsável por mascarar os problemas e por isentar de solucioná-los, passando, com o decorrer dos anos, a perder, cada vez mais, suas condições de liderança. Segundo VILLAÇA (1999) a partir dos anos 1970 ocorre uma nova etapa de conscientização popular urbana no país, por meio principalmente da mobilização popular.

Até o final dos anos 1980, a população marginalizada não se manifestou contra os planos diretores, justamente por terem a consciência de que esses serviam para atender a classe dominante. Essa população encaminhou para o Congresso Nacional uma proposta de Emenda Popular Constitucional contendo as reivindicações básicas para uma Reforma Urbana.

Entretanto, a Constituição não apresentou grandes avanços, uma mudança considerável foi o surgimento da possibilidade de que o plano diretor se tornasse o instrumento responsável por definir se a propriedade urbana está ou não cumprindo sua função social.

Na década de 1990, a conscientização, a organização popular e a politização dos planos diretores caracterizaram o início dos debates que não agradam as classes dominantes e que estão mais vinculadas à produção do espaço urbano. VILLAÇA (1999) afirma que esse grupo continuará governando as nossas cidades por um tempo, mas a sua frágil hegemonia será confrontada pelas organizações populares, que vem crescendo nos últimos anos de forma politizada e causando um desconforto para a elite dominante.

A luta pela reforma urbana depende das camadas populares, principalmente os temas setoriais (saneamento, habitação, transporte etc.) e muitos planos diretores elaborados nos primeiros anos da década de 1990 foram pautados e formulados devido à grande pressão desses grupos. O discurso predominante no urbanismo e no Plano Diretor indicava uma mudança de prioridades na administração urbana, já que as obras de infraestrutura se tornam mais importantes que as de embelezamento, assim como, pela primeira vez, as obras de longo prazo passaram a ser pensadas

para a cidade.

No Brasil nas últimas décadas, o termo gestão é utilizado para toda obra de intervenção referente ao momento presente, isto é, administrar uma situação com os recursos disponíveis baseando-se nas necessidades daquele momento. Para SOUZA (2002), a gestão deriva do planejamento, uma vez que o planejamento é uma preparação para o futuro e a gestão teria o intuito de evitar ou diminuir possíveis contratempos e ampliar as possibilidades de manobras. Logo, a gestão compõe a efetivação, ao menos em parte, das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir.

O autor acima adverte que esses dois termos são intercambiáveis, por possuírem referenciais temporais distintos e, por se referirem a diferentes tipos de atividades, pois o planejamento remete ao futuro, tanto o planejamento quanto a gestão têm por objetivo fundamental o desenvolvimento socioespacial urbano, ou seja, mais justiça social e uma melhor qualidade de vida para a população.

O mesmo autor, afirma que o termo desenvolvimento deve ser entendido como uma mudança social positiva, sendo o conteúdo dessa mudança, pautado a partir dos desejos e perspectivas dos grupos sociais, de acordo com os seus respectivos valores culturais e suas singularidades histórico-geográficas. Assim, o processo de desenvolvimento socioespacial está relacionado à uma melhoria da qualidade de vida e também, ao aumento de justiça social. Essa mudança deve contemplar tanto as relações sociais como a própria espacialidade. O espaço é importante nessa análise, pois é nele onde todas as relações são estabelecidas.

O planejamento urbano quando pensando sob o viés da superação de problemas, especialmente os de injustiça social e de melhoria na qualidade de vida devem ser pensados em multiescalas que variam entre internacional, nacional, regional, macrolocal, mesolocal e microlocal. Em todos esses níveis, a gestão e o planejamento são realizados por agentes diferentes, tais como empresas, agências de desenvolvimento regionais, municipais e de macrozoneamento. SOUZA (2002) afirma que é necessário ir além do espaço físico (ambiente natural e construído), mas que não se deve esquecê-lo. Na verdade, seria preciso pensar o planejamento de forma multiescalar para que ocorra uma integração de forma realmente efetiva.

4.1.O PLANO DIRETOR DE CAMPINAS

Como dito anteriormente, o Plano Diretor é o conjunto de princípios e regras que devem orientar e induzir o ordenamento e a ocupação físico territorial, ambiental e socioeconômico do município, para que a cidade seja acessível a todos os habitantes. O município de Campinas já apresentava Plano Diretor desde 1996. Entretanto, ele precisava ser atualizado de acordo com as

orientações do Estatuto da Cidade que foi publicado em 2001.

Assim, o novo Plano Diretor foi elaborado tendo como base os planos anteriores; a participação das diversas secretarias do governo municipal; a participação do Conselho da Cidade; com propostas feitas em reuniões com a comunidade nas Macrozonas e por meio de audiências públicas. As diretrizes do plano são: saúde, cultura, esportes e lazer, educação, abastecimento alimentar, segurança pública, desenvolvimento social, integração regional e metropolitana e desenvolvimento econômico.

Para CARVALHO (2011), o Estatuto da Cidade é o responsável por reafirmar os princípios básicos estabelecidos na Constituição de 1988, sem deixar de preservar o caráter municipalista. Ele tem o papel de instrumento básico da política urbana e dá ênfase na gestão democrática, com a valorização da participação popular. Nessa perspectiva, o Estatuto da Cidade, ao regulamentar as normas constitucionais, estabelecidas no contexto das discussões sobre o papel do Estado nos anos 1980, reincorpora a função de centralidade do poder público na regulação das relações sociais no contexto urbano. Os institutos jurídicos e urbanísticos regulamentados correspondem às condições institucionais necessárias e oferecidas ao poder público municipal para a produção de bens públicos e o cumprimento de funções sociais.

O Estatuto da Cidade mantém a divisão de competências entre os três níveis de governo, sendo ao município atribuída a função de legislar as questões urbanas. A permanência desse quadro significa que o tratamento e a proposição de soluções às questões urbanas ficam restritas aos limites do território municipal, pois compete ao poderes executivo e legislativo municipais reduzir um problema ou uma questão a pontos simples e claros. Sem perder o caráter municipalista, o Estatuto da Cidade amplia a obrigatoriedade do Plano Diretor estabelecida genericamente na Constituição de 1988 aos municípios com população superior a 20 mil habitantes, bem como é também obrigatório aos municípios integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, as áreas de especial interesse turístico e às áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. (CARVALHO, 2011)

Sem romper a inviolabilidade do direito de propriedade privada, reconhecido em sentido individual, o Estatuto da Cidade estabelece que a propriedade urbana cumpra uma função social, o que ocorre quando são atendidas as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor, assegurando o atendimento das necessidades quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas. O direito de uma dada propriedade urbana passa, assim, a ser reconhecido a partir de regras legais municipais definidoras do seu uso, e o seu conteúdo econômico é atribuído pelo Estado mediante a consideração dos interesses sociais envolvidos durante o processo do plano diretor. (FERNANDES, 1995).

Para CARVALHO (2011), somente por meio do Plano Diretor é que se define a função social da propriedade e da cidade como um instrumento legal específico, em que se pode instituir os instrumentos reguladores de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, IPTU progressivo no tempo, incluindo-se a desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, outorga generosa do direito de construir, operações urbanas consorciadas e transferência do direito de construir. Assim, a autora acima demonstra que o Estatuto da Cidade, apesar de possibilitar que propriedade privada não seja violada, oferece instrumentos que possibilitam atribuir-lhe uma função social.

Por fim, o Estatuto da Cidade mantém, a natureza democrática da política, ao estabelecer que o poder legislativo e o poder executivo devam garantir no processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação os seguintes institutos: promoção de audiências públicas e de debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade; publicidade dos documentos e informações produzidos e o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos. (CARVALHO, 2011)

No espaço urbano ocorrem conflitos entre interesses diferenciados que buscam se apropriar dos benefícios produzidos na cidade. De forma simplificada, esses interesses reúnem, de um lado, os cidadãos ou grupos que, por deterem parcelas da riqueza social, têm algo a ser preservado ou acrescentado. De outro lado, os setores sociais que desde sua origem são desiguais, por causa da forma como estão inseridos nos processos de produção e apropriação da riqueza social, os quais se identificam às camadas populares da sociedade, cujas estratégias de sobrevivência constituem as evidências urbanas das situações de conflito. Trata-se de parcelas da população que, uma vez expulsas ou segregadas, habitam em favelas ou cortiços em periferias urbanas com limitações de acesso a serviços e equipamentos coletivos e, muitas vezes, em situações irregulares de posse e propriedade da terra (RIBEIRO E CARDOSO, 1989).

Na essência do Plano Diretor estão as propostas de ordenação do território e da cidade. Ao ordenar o território, administrando situações de conflito, pode-se regular esses conflitos; acomodá-los, distribuindo benefícios que atendam às demandas específicas ou pontuais, inclusive as de natureza clientelista; mas também acentuar alguns conflitos, por meio de ações de redistribuição de recursos, com a clara determinação de diminuir diferenças sociais.

Apesar das medidas adotadas, as desigualdades sociais continuam e tendem a crescer. As medidas adotadas pelo governo não tem se mostrado eficazes para solucionar os problemas das classes mais pobres. Com todas as inovações que o Plano Diretor apresenta, poucas são colocadas em prática. Nota-se que o Plano Diretor serve como instrumento das forças políticas sem se importar realmente, com os interesses da população.

No entanto, há um aspecto essencialmente intrínseco ao Plano Diretor que é a ordenação do uso e ocupação do solo urbano, processo mais conhecido como zoneamento urbano. Sua forma mais tradicional é o zoneamento de uso e ocupação do solo de matriz funcionalista, que prevê uma separação de usos – o industrial, o comercial e o residencial - com maior ou menor grau de flexibilidade. Com relação à sua implementação, o zoneamento usualmente é definido em duas escalas: a primeira, denominada de macrozoneamento, que consiste na delimitação das zonas urbanas, de expansão urbana, rural e macrozonas especiais (geralmente de proteção ambiental) do município. A segunda escala é do zoneamento propriamente dito, que estabelece as normas de uso e ocupação para cada Macrozona, em especial da zona urbana, já que sobre a zona rural o poder local possui pouca competência regulatória. (CARVALHO E BRAGA, 2001)

O zoneamento urbano é, certamente, o mais difundido instrumento urbanístico e, também, o mais criticado, tanto por sua eventual ineficácia, quanto por seus efeitos perversos (especulação imobiliária e segregação socioespacial). Assim, o zoneamento, referente às normas aos padrões de ocupação e de utilização do solo urbano devem estar em conformidade com atividades desenvolvidas, e previstas, controlando os usos nocivos ou efeitos prejudiciais ao bem-estar da população (LAMPARELLI e ZAN, 1989).

O macrozoneamento municipal é a definição das zonas urbanas e de expansão urbana, principalmente esta última, pois se trata de um determinante das possibilidades de crescimento da malha urbana no município. Sua divisão depende das características físico-territoriais ambientais e urbanísticas. Assim, Campinas abriga nove Macrozona de planejamento e cada uma possui diretrizes específicas. Essas nove Macrozona podem ser divididas em 34 áreas de planejamento (Aps) e 77 Unidades Territoriais Básicas (UTBs), constituindo recortes espaciais delimitados, em função da dinâmica de estruturação territorial.

A área de estudo está localizada na Macrozona 5 (figura 3), sendo considerada como uma área prioritária de requalificação (APR) e caracterizada por ser uma área ambientalmente frágil e intensamente degradada, com grandes adensamentos populacionais e carente com relação à infraestrutura e equipamentos urbanos. Sua ocupação e seu sistema viário são descontínuos e possui grande quantidade de barreiras físicas (Rio Capivari, Córrego Piçarrão, rodovias, ferrovias, oleodutos, gasodutos, redes de alta-tensão), estando nela situada o Distrito Industrial de Campinas (DIC).

As Macrozonas de Campinas

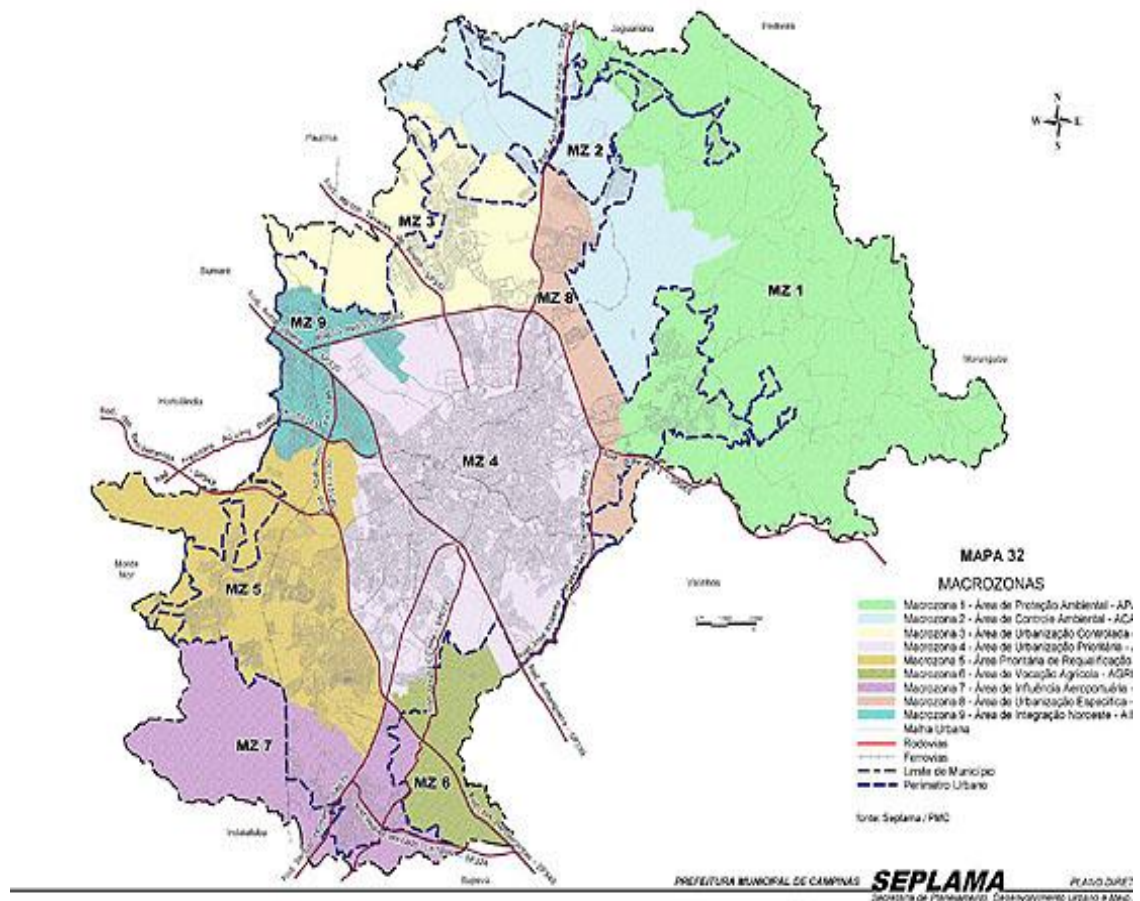


Figura 3- Macrozonas de Campinas

Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas (SEPLAMA), 2012

Além das Macrozona, existem as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) que são zonas com regras especiais que permitem a implantação de empreendimentos habitacionais destinados à população de baixa renda. O zoneamento em Campinas pode ser classificada segundo LAMPARELLI e ZAN (1989) em:

- ZEIS de indução - foram previstas e demarcadas no Plano Diretor e são destinadas à realização de empreendimentos de interesse social, tal como a produção de moradia para a população de baixa renda.
- ZEIS de regularização - também foram demarcadas pelo Plano Diretor, áreas resultantes de ocupações espontâneas, produzidas de forma desorganizada, por população de baixa renda, em áreas públicas ou privadas ou resultante de parcelamentos irregulares ou clandestinos.

Nas ZEIS de regularização será preservada, sempre que possível, a tipicidade da ocupação local, desde que observadas as exigências técnicas necessárias para a execução da infraestrutura e a circulação e garantir as condições adequadas de habitabilidade.

Porém, nem sempre os fatos correspondem à realidade e segundo ZAPAROLI (2010), o Plano

Diretor de Campinas não apresentou os instrumentos de política urbana e ambiental autoaplicáveis, remetendo a revisão da legislação de uso e ocupação do solo atual, lei no. 6031, de 1988 e a implementação dos instrumentos a Planos Locais de Gestão Urbana para cada uma das nove Macrozona.

4.2. A URBANIZAÇÃO EM CAMPINAS

Em 1951 foram criadas zonas de uso, que estabeleciam restrições de altura, área, recuo, revestimento e impostos das edificações urbanas. Em 1959 foram criados códigos de obras e urbanismo para o município de Campinas, com um capítulo específico para a lei de zoneamento. No fim da década de 1940 e início de 1950, o avanço da industrialização juntamente com a inauguração da via Anhanguera, contribuíram para a instalação de importantes indústrias como, por exemplo, as de equipamentos mecânicos, de material de transporte e elétrico e produtos químicos. Esse processo ocasionou uma extensão nas áreas de comércio e de serviços e a consequente consolidação de um grande setor terciário. (BAENINGER e GONÇALVES, 2000)

Dessa forma, Campinas se projetava como um importante centro industrial e de forte dinamismo, alterando completamente o cenário da antiga cidade cafeeira, firmando-se a transição definitiva de uma economia de base agrícola para uma sociedade industrial. A dinâmica econômica começava a adquirir novas características, que se intensificaram na década de 1970, principalmente no que diz respeito à subordinação da agricultura à indústria.

A cidade de Campinas, a esta altura dos acontecimentos nacionais e internacionais, apresentava-se em posição favorável às especificações exigidas pelo capital, não apresentando empecilhos a um projeto de industrialização já realizado no espaço urbano. Segundo VILLAÇA (1998), uma simples observação indica que as grandes zonas industriais se desenvolveram ao longo das extensas vias mais movimentadas, que possuem ligações regionais importantes, inicialmente à beira das ferrovias, e depois das rodovias. Como exemplo, temos São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre e Belo Horizonte. Em várias dessas cidades as principais ferrovias e rodovias são muito próximas umas das outras e, segundo o autor, não é possível saber se houve, por parte das indústrias, a opção por uma ou por outra.

E, realmente, o mesmo padrão descrito por VILLAÇA (1998) se aplica também ao caso de Campinas, cuja mancha urbana era, até metade do século XX, ainda restrita ao núcleo central consolidado. E, ao ser guiada por algumas diretrizes urbanas, a cidade de Campinas teve direcionada a sua ocupação para outro espaço geográfico, o que resultou na criação de alguns

bairros operários (Parque Industrial, São Bernardo, Bonfim, Vila Nova e Taquaral) ainda próximos ou ligados à via férrea.

Nos anos 1970 Campinas foi um dos eixos da desconcentração industrial a partir da Região Metropolitana de São Paulo, já comentado acima, beneficiando-se de incentivos governamentais para a área. Como também já foi dito, esse processo foi bem absorvido pela região, devido principalmente aos investimentos governamentais realizados por meio da oferta de incentivos e de infraestrutura que encontraram em Campinas, uma base agrícola moderna fortemente articulada ao setor industrial e a existência de uma rede urbana bem estruturada. (CAIADO, 1998) O efeito principal da aceleração dessa rápida industrialização foi a mudança de uso de terras, que anteriormente eram destinadas somente à produção agrícola. Essa ação foi iniciada com a construção do aeroporto de Viracopos (nos anos 1930) e da Rodovia Anhanguera (1948).

Ainda segundo CAIADO (1998), esse período de dinamismo econômico transformou a região no terceiro parque industrial, ficando atrás somente da grande São Paulo e do Estado do Rio de Janeiro. A lógica da localização industrial ao longo das rodovias gerou na região uma conurbação que inclui, além de Campinas, os Municípios de Valinhos, Vinhedo, Monte Mor, Sumaré, Hortolândia, Indaiatuba, Paulínia, Nova Odessa, Santa Bárbara D'Oeste e Americana, localizadas ao longo da Rodovia Anhanguera, via responsável por articular a Grande São Paulo ao interior do estado.

Para SILVA (2013), a implantação das novas indústrias à beira da Rodovia Anhanguera contribuiu para a valorização fundiária desses locais, estimulando ocupações industriais longe da região central. Ao optarem por terrenos mais baratos adquiridos quase totalmente em glebas integrais, ocorreu o crescimento urbano da cidade, controlado até 1940.

A expansão urbana observada na região a partir dos anos 1970 pode ser caracterizada pela:

[...] crescente horizontalização e periferização dos espaços urbanizados, com a formação de vazios urbanos retidos como reserva de valor, explicando, em grande medida, a intensificação do processo de articulação urbana de Campinas com os municípios limítrofes e a conformação das áreas conurbadas. [...] Além deste condicionante, este movimento de periferização da Região Sudoeste foi reforçado pela abertura do Aeroporto de Viracopos, pela implantação do Distrito Industrial de Campinas, e pela implantação de vários conjuntos habitacionais instalados nesta região do município, através da atuação das COHABs Campinas e Bandeirantes. (CAIADO, 1998, p.37)

A intensa periferização experimentada pela região marcou profundamente o perfil da aglomeração urbana, provocando graves consequências urbanas e sociais, tais como: a deterioração do espaço natural; a desarticulação entre as redes de infraestrutura urbana; o agravamento dos

problemas sociais da periferia; o comprometimento das finanças públicas devido aos custos obtidos pela urbanização; a formação de espaços segregados destinados exclusivamente à população de baixa renda, entre outros. (CAIADO,1998)

Esses processos, ao serem controlados e modificados por posturas urbanísticas, resultaram em resoluções e essas, por sua vez, amparadas pela legislação, condicionaram a construção de moradias formais e principalmente informais, bem como bairros inteiros, que levaram ao aumento dos deslocamentos, humanos via migração, induzindo, assim, a necessidade de produção de novas moradias populares, dos equipamentos e serviços urbanos, conjugados de forma truncada às redes produtivas industriais. Como pode ser observado no trecho abaixo:

Ao longo do período fordista urbano, o mercado tinha um papel muito importante na produção das materialidades urbanas, porém, esse papel era mediado pelo Estado na definição das regras de uso do solo e nas características das materialidades urbanas. (ABRAMO, 2007, p. 25)

Os processos de melhoramentos urbanos resultaram em uma cidade configurada principalmente para os detentores do capital produtivo e, por outro lado, induziram também um processo expansivo e desarticulado, onde o precário tornou-se uma característica dominante de uma cidade com usos em constante reorganização.

A urbanização fordista acelerada e excludente [...] promoveu uma reorganização da cidade que atenderia, sobretudo, a uma parcela restrita da população urbana [...]. A lógica da necessidade impulsiona o processo de ocupação popular de terras urbanas no início do século XX e, a partir da urbanização acelerada dos anos [19]50, vai se transformar na principal forma de acesso dos pobres ao solo urbano. (ABRAMO, 2007: 27)

Segundo ROLNIK (2001), a cidade enquanto local permanente de moradia e trabalho é construída pela ação constante de apropriação de novos espaços geográficos, para a produção de territórios, gerando e concentrando um excedente produtivo, isto é, uma quantidade de produtos além das necessidades de consumo imediato. No caso de Campinas, observa-se um conjunto de ações direcionadas à apropriação do espaço periurbano e rural na atual região sudoeste.

Assim, a cidade é uma estrutura construída por meio da aplicação de processos hierárquicos e racionalistas que geram a apropriação desigual e concentrada da riqueza, produzindo-se um desenho de cidade favorável somente aos grupos que a controlam. Entretanto, a maioria não participante desse processo não é incorporada diante do direito de acesso ao solo, o que resulta na produção de agrupamentos habitacionais segregados e dispersos, formando uma “cidade paralela” extremamente precária, cuja população não tem suas necessidades atendidas pelos serviços e equipamentos urbanos. (ROLNIK, 2001)

Para SILVA (2013), a região sudoeste do município de Campinas é a reprodução desse

modelo. Porém, no primeiro momento de sua ocupação foi apenas uma reserva de terras e somente posteriormente atraiu a atenção do capital imobiliário.

A industrialização pesada impôs um novo padrão de urbanização, no qual a intensidade do crescimento econômico e a presença dominante da grande empresa moderna, no setor secundário [indústria metal-mecânica] e nos demais, determinaram significativas mudanças na composição e na escala dos movimentos populacionais e na dinâmica demográfica, dando origem a uma nova divisão social do trabalho e a novos parâmetros de distribuição de renda. (CANO *apud* BERNARDO, 2002, p.51)

A ocupação do solo urbano se deu com a predominância da expansão horizontal, produzindo uma mancha urbana descontínua, onde são encontrados grandes vazios e áreas de ocupação rarefeita. O crescimento e a configuração da mancha urbana do município, não foram homogêneos e as diferentes partes do município assumiram funções diferentes.

A partir disso, para uma melhor caracterização da espacialização da mancha urbana durante o seu processo de expansão, adota-se a seguinte divisão da cidade segundo os seus principais vetores de expansão urbana, segundo CUNHA e OLIVEIRA (2002):

- i) A Região Central de Campinas apresenta uma urbanização consolidada, com áreas bastante adensadas, onde se concentram as atividades comerciais, de serviços e institucionais, e o uso residencial de médio e alto padrão. Essas características são encontradas praticamente em toda a área sendo delimitada pelas rodovias D. Pedro I e Anhanguera, e por grandes áreas institucionais.
- ii) Na porção Leste na direção dos distritos de Sousa e Joaquim Egídio, encontram-se ainda áreas desocupadas. Nos últimos anos observa-se que a área tem sido utilizada para a ocupação residencial de padrão médio/alto, por meio da implantação de condomínios fechados. Além disso, a área tem sido objeto de investimentos em grandes empreendimentos comerciais e do Parque Ecológico.
- iii) Mais ao Norte encontra-se o distrito de Barão Geraldo, que abriga a Universidade Estadual de Campinas–Unicamp, apresentando uma concentração que varia entre alta e média renda. Pode ser caracterizada como um lugar com acentuada valorização imobiliária.
- iv) Por fim, a porção Sudoeste do município é caracterizada por uma ocupação rarefeita, de baixo padrão ocupacional e população de baixa renda, apresentando tendências de intensificação deste padrão.

Para melhor compreensão dos diferentes segmentos do espaço urbano de Campinas, CAIADO (1998) se utilizou de dados e informações baseados na divisão administrativa utilizada pela Prefeitura Municipal, que divide a área municipal em quatro grandes regiões administrativas. Embora reconheça que uma análise mais precisa deveria se utilizar de áreas menores, e que a

própria administração dispõe de outras subdivisões que atenderiam a este fim, foi feita a opção pela Secretaria de Ação Regional – SAR's, em função da atual disponibilidade de dados censitários e da própria prefeitura, e por reconhecer que essas divisões expressam, ainda que de maneira mais geral, a segregação espacial. Essa segregação do território municipal é acompanhada de exclusão social de alguns destes segmentos espaciais e de alto grau de ilegalidade em relação às leis urbanísticas e do acesso à moradia e à terra urbana.

A constituição da atual mancha urbana da região sudoeste do município de Campinas pode ser observada no mapa a seguir:

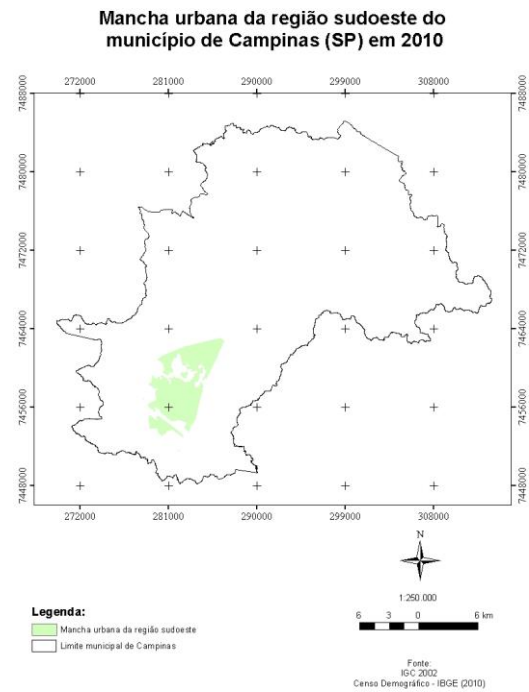
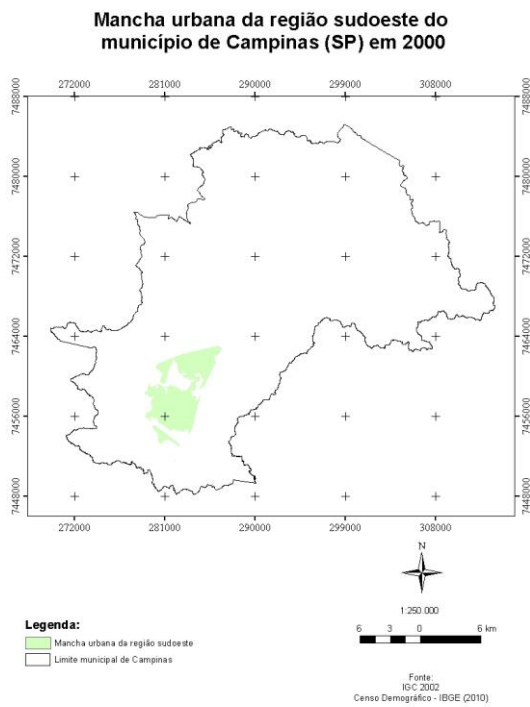
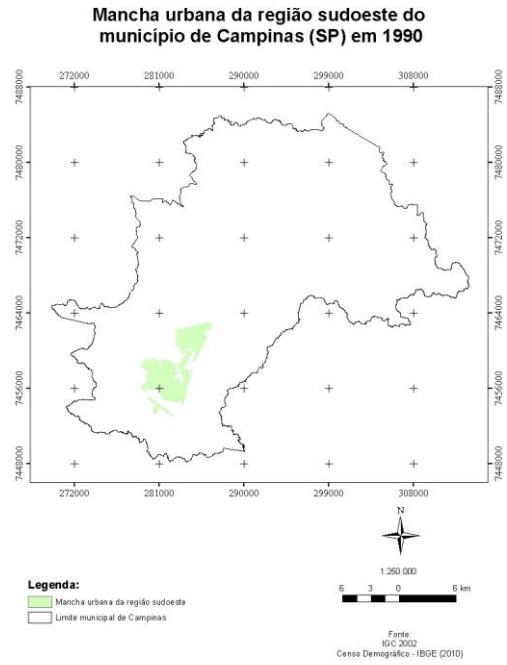
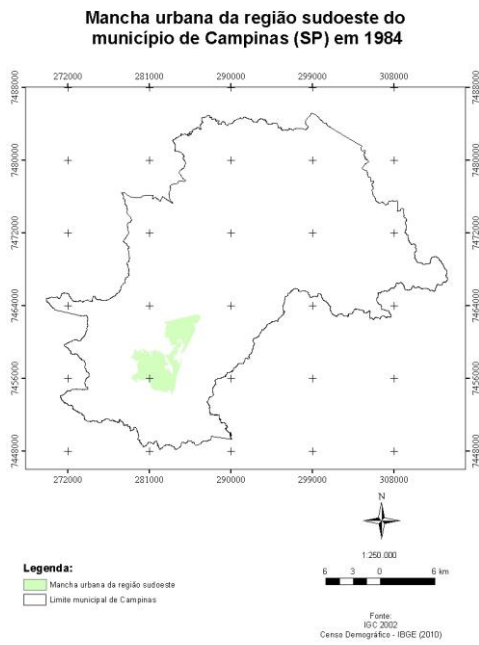


Figura 4: Evolução da Mancha Urbana na região sudoeste do município de Campinas, SP
 Organizado por Camila Morcillo, 14/10/2013

Por meio dos mapas é possível perceber a evolução da mancha urbana na região sudoeste e como ela tem crescido, principalmente a partir do ano 2000. Essa urbanização, por ser rápida, ocorreu sem incorporar de forma inclusiva toda a população em um mesmo padrão, o que tende a acentuar ainda mais as desigualdades sociais.

Durante a década de 1970, apesar da Lei Municipal de parcelamento do solo ser bastante restritiva, a fiscalização e as punições não eram eficientes, e a expansão da urbanização, principalmente na Região Sudoeste do município, foi marcada pelo surgimento dos loteamentos clandestinos, muitos deles regularizados urbanisticamente anos depois, por meio de programas municipais de regularização.

Após a Lei Federal n. 6766, que previa a punição com cadeia para os loteadores ilegais, entre outras penas, esse tipo de ocupação diminuiu, mas sem que houvesse alternativa à população de baixa renda, que não fosse moradia ilegal em favelas e cortiços, uma vez que o sistema formal de habitação não tem sido capaz de atendê-la. A partir daquela época, cresceu significativamente o número de invasões e logicamente da população favelada nas grandes cidades, inclusive Campinas. (CAIADO, 1998)

Diante da impunidade e da ineficiência na fiscalização por parte do Poder Público, muitas vezes vantajosa para alguns setores da economia, e das constantes práticas de regularização e de anistia para os ilegais, ocorreu uma legitimação da ilegalidade, como já foi dito anteriormente. A Lei de Uso e Ocupação do Solo em Campinas tem sido objeto ao longo dos anos de inúmeras alterações que ocorrem de forma pontual, onde são alteradas as possibilidades de uso do solo, para quadras ou conjunto de quadras da cidade, favorecendo na maioria das vezes, o capital imobiliário. (CAIADO, 1998)

A política habitacional implementada não só em Campinas, mas implantada como modelo pelo do governo federal, não é capaz de atender o déficit habitacional das grandes cidades, como também exclui da sua faixa de atendimento as classes com rendimento abaixo de três salários mínimos, revelando, assim, o seu caráter excludente. (CAIADO, 1998)

Entre as recentes políticas do governo federal para a moradia, tem-se o lançamento do Programa Habitacional Popular, em 2009, denominado como Minha Casa, Minha Vida, que surgiu com a meta de construir um milhão de casas pelo Brasil e de conceder financiamentos aos beneficiários de forma associativa por meio de uma entidade organizadora, que pode variar desde associações até sindicatos. Os recursos são provenientes do Orçamento Geral da União (OGU) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e tem por principal objetivo facilitar a aquisição da casa própria pelas famílias com renda mensal de até dez salários mínimos, sobretudo por aquelas localizadas nas periferias das grandes cidades. A Caixa Econômica Federal é a responsável por operar os contratos e esse programa federal tem como meta, favorecer famílias com renda de até

dez salários mínimos, sendo que os juros cobrados pelo empréstimo são proporcionais ao valor da renda. (CARVALHO, 2010)

Boa parte dos empreendimentos do *Programa Minha Casa, Minha Vida* (MCMV) em Campinas, está localizada, prioritariamente na Macrozona 4 e na Macrozona 5 do município. A Macrozona 05 é caracterizada pela descontinuidade da malha urbana e apresenta grande degradação ambiental, alta concentração de população de baixa renda, carência de infraestrutura, de equipamentos urbanos e de atividades terciárias, necessitando de políticas públicas que priorizem os investimentos voltados para a sua requalificação urbana. (Campinas, 2006)

A população de Campinas foi contemplada com 520 unidades do programa MCMV realizado pelo governo federal. O investimento total nesse empreendimento é de R\$ 8,5 milhões, com recurso do Fundo de Arrecadação Residencial (FAR). Os condomínios são destinados a famílias com renda de até R\$ 1,6 mil. Esse investimento beneficiará cerca de duas mil pessoas e os beneficiários pagarão uma mensalidade entre R\$ 25 e R\$ 80. (BRASIL, 2013)

As famílias beneficiadas serão atendidas por equipamentos comunitários, tais como creches, escolas municipais e estaduais e postos de saúde. A entrega dessas habitações representa, segundo dados dos Ministérios das Cidades, uma parte do total das 24 mil moradias a serem entregues no *Minha Casa, Minha Vida*. (BRASIL, 2013)

No entanto, a produção formal de habitação popular pode ser excludente. Ao implantar grandes conjuntos habitacionais em grandes cidades, quase sempre nas periferias urbanas, se promove a valorização de grandes áreas mantidas como reservas de valor, aumentando o preço da terra e permitindo o acesso a esses conjuntos somente pelas classes de renda média, excluindo novamente as classes mais pobres, pois o problema não está somente na moradia, mas também na manutenção dessa população pobre, como, por exemplo, o acesso a renda e emprego.

De acordo com o Censo de 2010, realizado pelo IBGE, Campinas tem 148,2 mil pessoas vivendo em 40 mil domicílios localizados em favelas, esse valor representa 12,9% do total da sua população. Essa porcentagem da população que vive em favelas corresponde ao dobro da média nacional e supera a taxa da cidade de São Paulo que está em torno de 11%.

A pesquisa revela também que 14.497 das 40 mil famílias que vivem nas áreas mais pobres de Campinas, sobrevivem em média, com uma renda *per capita* de até um salário mínimo. Para DIÓGENES (2012), a população mais pobre não tem condições de manter os custos de uma habitação irregular e por isso tende a se aglomerar em áreas onde o mercado imobiliário não é tão dinâmico.

A ocupação predominante da Região Sudoeste de Campinas pela população de baixa renda foi fortemente induzida pela atuação da COHAB, que a elegeu como destinatária de um grande número de conjuntos residenciais populares, principalmente na década de 1970. Assim, a política

habitacional se revela também fortemente segregadora da população pobre urbana.

A política habitacional atual, que privilegia o acesso à terra e a cesta básica de material de construção, continua privilegiando a ocupação nas mais distantes áreas da periferia urbana e no caso de Campinas, na região sudoeste do município. A articulação entre a política urbana e a política habitacional ainda é precária com consequências de diferentes tipos como ocupação de áreas inadequadas para a habitação, ocupação e adensamento de áreas desprovidas de equipamentos e de infraestrutura em regiões periféricas e ociosidade de áreas urbanas já com infraestruturas.

Na verdade, a prática da política habitacional sempre esteve descolada da preocupação com o crescimento urbano, com o planejamento da infraestrutura e dos equipamentos sociais. O fornecimento da infraestrutura, no Município de Campinas, obedece a lógica de atendimento às áreas mais adensadas. As regiões periféricas contam com os *Planos Comunitários* que, a despeito de serem uma solução para a melhoria das condições físicas do bairro, muitas vezes acabam por onerar duplamente o morador. É o caso de bairros originários de loteamentos irregulares, nos quais o morador na compra do lote pagou toda a infraestrutura que não foi implantada pelo loteador. A Prefeitura, não tendo como obrigar a execução dos melhoramentos públicos por parte do loteador, promove as obras que são pagas pelos moradores. Por outro lado, as populações mais pobres não conseguem arcar com os custos do programa.

Os Planos Comunitários englobam diferentes ações que tenham por finalidade analisar e diagnosticar fatores naturais e sociais que servirão posteriormente de suporte para a elaboração de um plano de melhorias, juntamente com os moradores locais, visando medidas que garantam a qualidade de vida da população, além de estimular a auto-organização dessa população. Tais medidas podem ser estabelecidas em parcerias entre o município, a população organizada em associações e em parcerias com universidades.

A gestão urbana, por meio de seus instrumentos, assume um papel segregacionista na produção do espaço urbano, inclusive na Região de Campinas, sendo necessária toda uma reformulação e discussão sobre as possibilidades de atenuação desse quadro, que, por sua vez, depende, primordialmente, de um processo de redistribuição de renda e da definição e de um modelo de desenvolvimento econômico que privilegie as classes menos favorecidas.

5. ÁREA DE ESTUDO: O BAIRRO OURO VERDE

Para TEIXEIRA E MACHADO (1986), um bairro se define ou se individualiza por meio de três elementos: a paisagem urbana, o conteúdo social e a sua função. O primeiro aspecto está refletido no tipo, no estilo e na idade das construções, no traçado das ruas etc. O conteúdo social refere-se ao modo e ao padrão de vida de sua população, enquanto que a função representa a atividade básica que o bairro desempenha no organismo urbano pela função residencial, comercial ou então, administrativa. Já SOARES (1983) apresenta outro elemento denominado sítio. Esse autor afirma que na evolução das cidades, o surgimento e a subdivisão dos bairros tem sua relação acentuada com o sítio local.

Esses quatro aspectos juntos são responsáveis por definir um bairro e são suscetíveis a transformações ao longo do tempo. De acordo com SOARES (1983), é importante analisar essa dinâmica dos bairros, uma vez que ele resulta de ações pretéritas e de fatores do presente. Esse autor afirma que a noção de bairro deriva do sentimento coletivo dos habitantes, sendo a cidade um conjunto de bairros, cada um com sua fisionomia própria.

Para JESUS (2006), no estudo de um bairro não se pode deixar de considerar a cidade como referência ou em oposição, mas valorizando as especificidades locais. O território, enquanto local, deve ser analisado como aquele no qual a vida social ocorre e como resultado de uma apropriação das práticas sociais sendo concebido como um espaço concreto, do habitar e do vivido e é nessa esfera que o bairro é vivido.

As relações vividas pela proximidade que o bairro possibilita, permitem as trocas de experiência, o que resulta num grande vínculo entre os moradores, concretizando a vida no bairro. (SEABRA, 2000). Essa autora afirma que:

[...] o bairro apareceu, no processo de urbanização, como uma entidade sociocultural muito diversa, portadora de uma identidade que lhe ia sendo atribuída de fora para dentro, ou seja, do contexto da cidade. O que só era possível porque o bairro se integrava aos processos gerais da cidade, que paulatinamente moldavam um modo de vida urbano. (SEABRA, 2000, p.1-2)

Segundo SEABRA (2003), o bairro é uma espacialidade específica no conjunto da cidade, resultando do movimento próprio da vida. Portanto, o bairro cria uma unidade de vida imediata e de relações, como por exemplo, a vizinhança. Há uma densa trama da história e da cultura que abrangem a espacialidade de um bairro.

De acordo com RAMOS,

[...] a opção pelo estudo do bairro nos leva, sem dúvida, a maior complexidade do que a simples escolha de uma área, demarcada por algum critério físico-material. Ao escolhermos o bairro como objeto de análise, fazemos uma opção pelo estudo do espaço social, o que, por conseguinte, inclui o estudo da cidade, enquanto totalidade. (RAMOS, 2001, p.9.)

O mesmo autor afirma que o bairro:

[...] não existe enquanto unidade isolada e autônoma [...] o bairro é uma unidade, [...] que só pode ser pensada tendo-se em vista a cidade como totalidade, não é, pois, a base da vida urbana. [...] É a noção de centralidade que constroi, que torna possível a cidade e seus bairros. Por isso, a centralidade é a essência da cidade. (RAMOS, 2001, p.4)

O IBGE (2010) considera como bairro uma porção do território que reúne pessoas que usam o mesmo espaço, que mantém relações de vizinhança e que reconhecem seus limites pelo mesmo nome. O mesmo órgão afirma, porém, que com o objetivo de se trabalhar com uma unidade mínima de planejamento, o bairro é formulado por um agregado de setores.

Verifica-se desse modo, uma tentativa de conciliar a percepção popular com as unidades institucionais de coleta de dados (setores censitários) no trabalho da delimitação dos bairros da cidade. Com a incorporação desse fator, surge a necessidade de adaptação dos seus limites aos dos setores censitários, o que resulta em certa incompatibilidade de correspondência aos bairros quanto aos contornos dos setores que interceptam os seus limites.

Os setores censitários, além de serem unidades espaciais de dimensão bem reduzidas em centros urbanos densos, representam grande quantidade de unidades de observação, tornando a interpretação dos dados estatisticamente complexos. (TEIXEIRA E MACHADO, 1986)

O setor corresponde a menor unidade territorial, formada a partir de uma área contínua de uma área urbana ou rural. Sua dimensão precisa ser adequada à realização de coleta de dados por um pesquisador de campo durante o período do censo. As informações são obtidas por meio de visitas aos domicílios com a aplicação de um questionário básico. Além do questionário básico aplicado em todas as residências, é aplicado outro mais amplo em uma determinada amostra de domicílios. Os dados desse questionário, como em qualquer pesquisa amostral, apresentam um nível máximo de desagregação abaixo do qual não é possível assumir seus resultados como significantes ou confiáveis.

O IBGE define o setor censitário como a unidade territorial de coleta a ser percorrida pelo recenseador, formado por área territorial contínua, situado num só quadro, classificado como urbano ou rural, de um distrito administrativo. A delimitação dos setores censitários foi efetuada por meio de linhas de contorno constituídas por pontos de referência, de tal modo que possam ser

identificáveis no terreno, para que não haja a possibilidade de interferência de um recenseador em setor que não lhe foi atribuído. (IBGE, 2010)

O que se observa na prática é uma adaptação dos limites dos bairros aos limites dos setores censitários, o que pode ocasionar uma distorção dos reais limites dos bairros, segundo a percepção dos moradores, provocando uma perda do sentido popular de um bairro.

Foi elaborado um mapa (figura 5) por Camila Morcillo, a partir da distribuição de renda mensal dos moradores no município de Campinas, com base os setores censitários e tendo como intuito de comparar os diferentes setores censitários e principalmente, para que um paralelo fosse traçado com relação a área de estudo.

Por meio da figura 6 é possível analisar que a área de estudo está situada na porção do mapa com os menores rendimentos, isto é, onde a renda mensal não ultrapassa o valor de R\$ 1.380,29, mostrando, dessa forma, a disparidade que ocorre no município, pois na área central e nas porções noroeste e nordeste estão localizados os maiores valores, mesmo que pontuais, que alternam entre R\$ 4.777,01 a 17.417,24.

De modo geral, a área de estudo demonstra estar abaixo da média do município, No mapa pode ser observado que a maioria dos setores apresenta valores intermediários, variando entre R\$ 1.380,20 – 2.705,41. Além do bairro, se nota que a região sudoeste de Campinas como um todo também apresenta valores baixos. As exceções correspondem aos setores censitários localizados próximos a Rodovia dos Bandeirantes.

Distribuição de renda mensal dos responsáveis pelo domicílio no município de Campinas (SP)

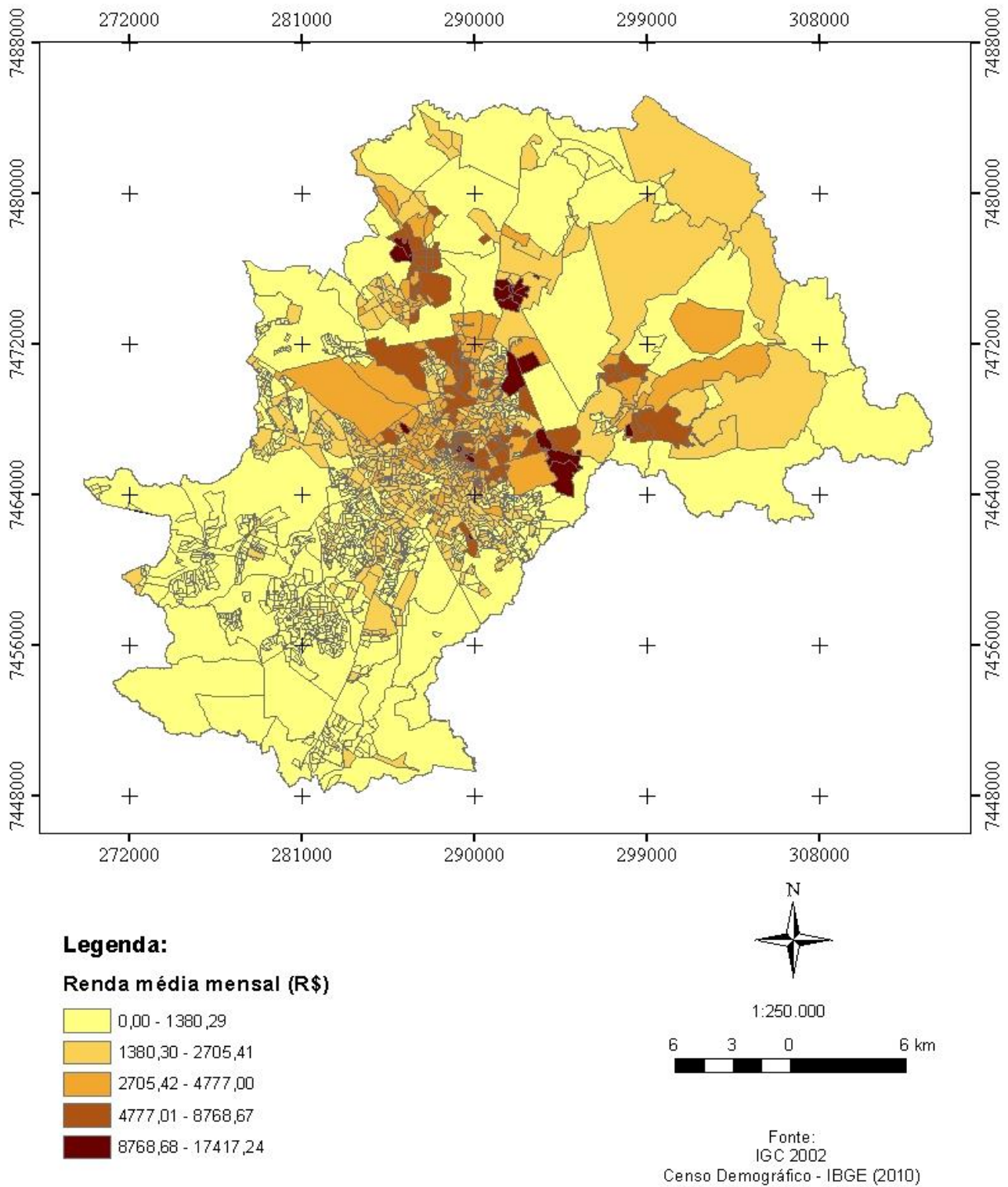


Figura 5- Distribuição de renda mensal por domicílio, no município de Campinas (SP), 2002

Organizado por Camila Morcillo, 2013

Também é possível observar no bairro Jardim Ouro Verde uma tendência à construção de loteamentos fechados que torna as propriedades privadas fisicamente isoladas e controladas por seguranças privadas e essa situação reforça a segregação espacial e as evidências das desigualdades sociais.

Com o aumento da violência, a população com medo, tende a adotar uma nova postura com relação à sua proteção, adequando a paisagem ao seu redor para que os seus anseios de segurança sejam supridos. Aproveitando-se dessa situação, o mercado imobiliário tende a investir em loteamento fechados para atender a demanda gerada por essa população, de classe média.

Espaços privatizados para uso residencial com esse perfil podem ser classificados como *enclaves fortificados*, conforme definido por CALDEIRA (2000). Esse termo refere-se a espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shoppings centers, conjuntos comerciais ou empresariais, ou condomínios residenciais. Seu público alvo abrange aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos e preferem abandoná-los aos mais pobres.

Por serem espaços fechados com acesso controlado privadamente, ainda que tenham uso coletivo e semipúblico, eles transformam completamente o espaço público. Na verdade, eles criam um espaço que contradiz diretamente os ideais de heterogeneidade, acessibilidade e igualdade que ajudaram a organizar o espaço público moderno. (CALDEIRA, 2000)

Esse novo padrão de segregação urbana baseado na criação dos enclaves fortificados pode ser considerado como a privatização da segurança por meio das transformações acerca das concepções do espaço público. Embora a segregação sempre tenha sido uma característica das cidades capitalistas, os instrumentos e as regras que a produzem mudaram consideravelmente ao longo do tempo.

A existência de áreas residenciais fechadas e segregadas não é uma inovação recente. Atualmente, segundo MÔNACO (2003), no contexto dos países latino-americanos em desenvolvimento, essas áreas podem ser identificadas por meio da escolha do tipo de moradia, isto é, o principal motivo é a segurança e, o fator secundário seria a volta de uma forma antiga de apropriação do espaço (os moradores usando o espaço coletivo dos condomínios como antes eram usadas as ruas e as áreas públicas da cidade).

Além disso, mais do que a segurança de morar numa área murada, os condomínios representam para alguns, o conforto de residir em um local onde várias funções são atendidas, sem a necessidade de percorrer grandes distâncias e, portanto, sem problemas com relação ao transporte.

Esse processo tido como solução residencial pela perspectiva do mercado imobiliário espalhou-se por diversas áreas da cidade, tornando os condomínios numa solução de moradia

também para a população.

O aparecimento de loteamentos fechados faz parte de um processo amplo, descrito por CALDEIRA (2000), que resulta em um novo padrão de segregação espacial e desigualdade. A mesma autora aponta como fatores que influenciam no surgimento de novas formas de segregação espacial: o crescimento do setor terciário e a desindustrialização, assim como a reversão das costumeiras tendências de crescimento demográfico, e, por fim, o aumento do crime violento e do medo, que faz com que pessoas de classes distintas busquem moradias mais seguras.

UEDA (2006) revela que o Estado deixou de efetuar investimentos em importantes áreas, gerenciando somente uma quantidade restrita de serviços. Hoje, ele atua apenas como um órgão regulador e provedor dos bens e serviços básicos. Tal política gera o que a autora denomina de *efeito cascata*, pois afeta os diversos níveis sociais e, conseqüentemente, acaba provocando o crescimento alarmante da insegurança e violência. Estudiosos do assunto ressaltam que essa ineficiência das esferas públicas em garantir a segurança da sociedade faz com que as classes mais abastadas se isolem em suas moradias. A instalação e expansão dos loteamentos fechados de alto padrão, portanto, se revelam como uma face desse processo.

Para ROLNIK (2008), a antiga dualidade centro *versus* periferia se desfez e deu lugar a nova dualidade entre lugares seguros *versus* lugares violentos. O que se pode chamar de lugares seguros são esses espaços fechados e exclusivos onde a heterogeneidade social, os encontros indesejáveis e a multiplicidade social e humana da cidade não podem penetrar. Para isso, eles são murados, cercados, protegidos por câmeras, dispositivos eletrônicos, aparatos sofisticados e apresentam um “exército” de guardas particulares. Ainda apresentam uma portaria central, onde todos aqueles que quiserem entrar no loteamento fechado terão que se identificar para conseguir acesso, que pode este ser negado pelos mais diversos motivos.

Nessa perspectiva, os loteamentos fechados horizontais revelam uma estratégia do capital imobiliário que, ao fazer uso do medo existente nas cidades, reforça a ideologia da proteção e da segurança privadas como solução para as classes sociais que podem pagar por tal empreendimento, em uma solução ilusória e imperfeita. Assim, pode-se constatar que se, em um sentido empresarial os loteamentos fechados horizontais são bem sucedidos, tanto que vêm se proliferando em diversas cidades brasileiras, em uma visão coletiva, social e urbana, os loteamentos fechados são, na verdade parte, de um problema e não uma solução, pois a autosegregação de uma parcela da comunidade gera conseqüências importantes no que diz respeito à fragmentação. (CALDEIRA, 2000).

Há uma série de outros aspectos, mais complexos, a serem considerados. A autora aponta que a crescente busca por habitações em condomínios não encontra respaldo somente no crescimento da violência. Como será visto adiante, essa é apenas uma parte do discurso que envolve as estratégias imobiliárias e de marketing, mas, certamente, a mais exacerbada. Persuade

consumidores diariamente, bombardeados pela mídia, com relatos sensacionalistas sobre crimes violentos ou mesmo com análises exageradas.

De acordo com SPOSITO (1997), ao analisar as relações existentes entre os loteamentos fechados e a cidade, entre a parte e o todo, se pode constatar que as pessoas que escolhem se autossegregar, ou seja, morar dentro dos muros, acabam favorecendo a existência de descontinuidades territoriais bastante claras em relação à cidade, tornando a morfologia mais dispersa e estendida.

Os loteamentos fechados se apresentam como a forma mais evidente da segregação voluntária, salientando e reforçando as desigualdades no espaço e aumentando a sensação de que os diferentes grupos sociais fazem parte de universos que devem ser separados, pois apresentam demandas que são irreconciliáveis.

Segundo CALDEIRA (2000), os anúncios imobiliários são uma boa fonte de informação sobre os estilos de vida e os valores das pessoas cujos desejos eles elaboram e ajudam a formular. É comum nesse contexto permeado pela comunicação, apelar a desejos e fantasias, associar moradia à *status* social e estilo de vida. Uma das principais questões que se apresenta na análise das peças publicitárias que divulgam condomínios fechados é a relação entre o discurso e a efetiva materialização do objeto.

As estratégias de marketing aplicadas a empreendimentos imobiliários do tipo condomínios que ampliam o sentimento de insegurança, de certa forma, reafirmados pelas altas taxas de violência urbana, vão de encontro à dura realidade do descaso com o espaço público e com a qualidade de vida nos centros urbanos. Apresentam essa modalidade de moradia como soluções imediatas a tais problemas, mas, segundo CALDEIRA (1996), o abandono do espaço público e a proliferação de espaços fortificados privados para uso coletivo também não resolvem a questão da violência, além de aprofundarem alguns de seus aspectos. A privatização da segurança não é uma alternativa à segurança pública deficiente é, na verdade, uma solução provisória para a violência. Num país com o grau de desigualdade social como o do Brasil, a difusão da segurança privada tende a ser uma forma de aprofundar ainda mais a desigualdade.

Como bem aponta FAVARETTO (2003), a emergência de loteamentos fechados residenciais reduz as possibilidades de convivência e encontro entre os moradores da cidade, ao mesmo tempo em que nega os principais elementos da experiência de vida pública. Os espaços públicos tradicionais, como por exemplo, as ruas como esfera de encontros e de circulação, os parques, as praças e os calçadões como locais de lazer e reunião, vão sendo aos poucos utilizados somente pelas pessoas de baixo poder aquisitivo e esses espaços são abandonados pela parcela rica da sociedade que apenas se utilizam deles para circulação de seus automóveis.

O que se pode observar, então, nas atuais experiências urbanas de segregação e apropriação

exclusiva de espaços públicos da cidade, que envolve a implantação de loteamentos fechados residenciais, é que estão sendo reduzidos cada vez mais os princípios de igualdade de acesso, liberdade de circulação e, sobretudo, a convivência entre as pessoas, ao mesmo tempo em que se evidencia a apartação. Nesse quadro, as diferenças sociais são reforçadas e a constituição de uma verdadeira cidadania no âmbito urbano é impossibilitada.

Com relação ao preço dos imóveis no Ouro Verde, os valores variam muito. Nas imobiliárias consultadas (Viva Real, Trovit Imóveis, Sonia Soares Imóveis e Vitória Imóveis), é reafirmado que os fatores locacionais que influenciam no valor dos imóveis são a proximidade com o Shopping Spazio Ouro Verde, o Terminal Ouro Verde e o Hospital e Ambulatório Ouro Verde.

No caso dos apartamentos, o valor de compra está em média de R\$ 150 mil para 60 m². Os valores das casas tende a variar muito; aquelas próximas aos locais acima citados são mais valorizadas. Há imóveis de 279m² por R\$ 600mil reais, enquanto que em locais mais distantes daqueles grandes equipamentos coletivos se encontram casas com 450m² por R\$ 300 mil. Com relação ao valor dos terrenos, o preço dos lotes varia de R\$450 mil para 500m² até terrenos de R\$6 milhões para 4 mil m², observando que para este último valor há um terreno reservado para uma função especial, segundo um anúncio selecionado, no qual era mencionado que o terreno era ideal para a construção de um Shopping Center (www.vivareal.com.br). Quando comparado com os demais bairros do município de Campinas, é possível perceber que os valores imobiliários do Jd. Ouro Verde são baixos, como pode ser observado na tabela abaixo:

	Jd. Ouro Verde	Cambuí	Swift
Casa	60m ² - 150 mil	56m ² – R\$ 650 mil	51m ² - R\$ 350 mil
Terreno	500m ² - R\$ 450 mil	986m ² - R\$ 3.300,00 milhões	140m ² - R\$ 360 mil
Apartamento	60 m ² - R\$ 150 mil	84m ² - R\$ 320 mil	64m ² - R\$ 340 mil

Tabela 1- Comparação dos valores imobiliários entre três bairros do município de Campinas, SP

Organização: Camila Morcillo, 2013.

Fonte: www.vivareal.com.br

Apesar das diferentes metragens das casas, apartamentos e terrenos, é possível estabelecer relações comparativas entre esses diferentes empreendimentos imobiliários, assim mesmo se aproveitando dos fatores locacionais já mencionados, os valores dos imóveis no Jd. Ouro Verde se mostram inferiores quando comparado com o de outras regiões, no caso, para a comparação foram escolhidos bairros distintos, no caso, o Cambuí representa um bairro considerado como de alto padrão em Campinas, enquanto o Swift é visto como um bairro de padrão intermediário.

Nos últimos anos, o surgimento de loteamentos fechados tem crescido muito no bairro, tanto com os condomínios horizontais como verticais. No Jardim Ouro Verde foram encontrados os seguintes loteamentos fechados destinados à população de médio padrão: Condomínio residencial Atlântico Norte; Condomínio residencial das Palmeiras; Condomínio residencial Aracaju e Condomínio Conjunto residencial Ouro Verde. O valor de uma casa no Condomínio residencial Atlântico Norte, por exemplo, era de R\$ 250 mil em 2013, valor muito maior do que as casas localizadas fora de condomínios fechados.



Figura 6: Condomínio Atlântico Norte, bairro Ouro Verde, Campinas (SP)

Fonte: Camila Morcillo, 18/09/2013

CALDEIRA (2000) também considera como um enclave fortificado os estabelecimentos como os shoppings centers. No caso do Jd. Ouro Verde, a existência desse enclave é recente, datando de 2010. Em uma visita ao shopping Spazio Ouro Verde, observa-se que ele conta com uma loja da rede de supermercado Covabra. Apesar dos três anos de existência, o shopping parece mal estruturado, há muitos espaços disponíveis para serem alugados, como demonstra a figura 5.



Figura 7- Shopping Spazio Ouro Verde em Campinas

Fonte: Camila Morcillo 18/09/2013



Figura 8- Corredor com lojas para serem alugadas, Shopping Spazio Ouro Verde em Campinas

Fonte: Camila Morcillo 18/09/2013

A figura 7 mostra dois planos diferentes na paisagem do bairro com aspectos que não ficam restritos somente a essa localidade. No primeiro plano nota-se uma paisagem natural, apesar de não estar muito preservada, devido à grande quantidade de lixo, sendo recorrente a presença de animais, como, por exemplo, vacas e cavalos, andando nesses locais.

No segundo plano da figura 7, podem ser observadas muitas residências e em muitos casos, nota-se que foram autoconstruídas. Além disso, é significativa a quantidade de rios que cortam a região e que não foram canalizados. Por isso, é alta a incidência de alagamentos na região sudoeste e isso ocorre, de acordo com o coordenador de planejamento físico-habitacional da secretaria de Habitação do município de Campinas, Fábio Mazzaferro, porque os bairros Jardins Ouro Verde, Paraíso de Viracopos e Parque Universitário estão situados numa área de convergência de cursos d'água, pois os córregos Barro Preto e Areia Branca circundam o local.

Uma moradora relatou que após as frequentes enchentes que afetam o bairro, muitos moradores decidiram morar no Jd. Campo Grande, pois eles tiveram a oportunidade de participar do programa *Minha Casa, Minha Vida*, uma iniciativa do governo federal em parceria com estados, municípios e empresas que facilita a aquisição de moradia para pessoas com baixa renda, conforme já foi explicado.

O Hospital Ouro Verde e o Ambulatório Ouro Verde começaram a ser construídos pelo prefeito Edivaldo Orsi, durante a gestão do governador Mario Covas. O hospital é localizado próximo ao Terminal Ouro Verde e recentemente uma passarela foi construída, interligando os dois estabelecimentos. Naquele centro de saúde é possível encontrar serviços relacionados a laboratório, serviços de reabilitação, centro de especialidades odontológicas, ambulatórios de especialidade médicas, o centro de imagens e a unidade de terapia intensiva (UTI).

O Hospital Ouro Verde possui atualmente 175 leitos, sendo 20 de UTI adulta e dez infantis. A unidade médica, que começou a funcionar em 2008, é o principal hospital da região Sudoeste de Campinas, que inclui bairros do Ouro Verde e Campo Grande. Juntas, as duas regiões têm 400 mil habitantes.



Figura 9- Propaganda sobre a criação da passarela que une o Terminal Ouro Verde ao Hospital e Ambulatório Ouro Verde em Campinas

Fonte: Camila Morcillo 18/09/2013



Figura 10- Hospital Ouro Verde no Jardim Ouro Verde (Campinas – SP)

Fonte: Camila Morcillo 18/09/2013

O Terminal Ouro Verde é o ponto de parada de 28 linhas do Intercamp e recebe, em média, 65 mil pessoas por dia. Foi construído em outubro de 1988 pelo prefeito José Roberto Magalhães

Teixeira, sendo um importante ponto de interfluxo para os moradores do Jd. Ouro Verde com as demais regiões do município de Campinas.

Ao redor do terminal, nota-se o desenvolvimento do comércio que varia entre formal a informal, como pode ser observado na imagem abaixo:



Figura 11- Comércio informal próximo ao Terminal Ouro Verde, Campinas (SP)

Fonte: Camila Morcillo, 18/09/2013

Ligado ao Terminal há o Hortoshopping Ouro Verde, um conjunto comercial na região sudoeste de Campinas, que é administrado pela empresa Centrais de Abastecimento de Campinas (Ceasa). Em uma área de 7 mil m², o Hortoshopping Ouro Verde tem 31 lojas, bancos e postos de serviços do Banco Popular da Mulher, do Centro Apoio ao Trabalhador (CPAT), da Empresa de Saneamento de Campinas (Sanasa) e uma unidade de inclusão digital do Jovem.Com. O varejão daquele espaço é o terceiro maior ponto de vendas da rede do estabelecimento que conta com 25 unidades espalhadas por Campinas. O posto da Sanasa no Horto é o que tem a maior procura na cidade, com 500 atendimentos diários, atrás apenas da unidade sede.

O espaço passará por reformas e irá receber a nova unidade do PROCON e do Espaço

Cidadão – uma ampliação do Programa Porta Aberta, que tem por finalidade o atendimento da população sobre dúvidas referentes a serviços relacionados com a emissão de carnês, certidões e formas de pagamentos de contas em aberto com a municipalidade. O Programa Porta Aberta faz parte do Departamento de Cobrança e Controle de Arrecadação da Secretaria de Finanças do município de Campinas.

Segundo o então prefeito de Campinas, Jonas Donizette, a obra no Hortoshopping faz parte de um projeto de revitalização, com a tarefa estratégica de recuperar os espaços públicos. A implantação de novos serviços ao Hortoshopping visa descentralizar as ações da administração municipal e facilitar a vida do cidadão. O presidente da Associação dos Permissionários do Hortoshopping Ouro Verde, José Carlos Talarico, que representa os comerciantes do local, avalia que a revitalização do espaço vai reforçar economicamente a região. (<http://www.ceasacampinas.com.br/novo/NoticiasVer.asp?id=1071&page=NOT%CDCIAS>)

5.1.O JD. OURO VERDE E A POLICENTRALIDADE

Durante o estudo das cidades, é importante considerar como elas crescem e, sob esse aspecto, a região central é tida como ponto de origem desse crescimento. Ao se expandir, a cidade se dispersa e descentraliza, rompendo com uma estrutura monocêntrica. Sobre o fenômeno da dispersão urbana, SANTOS afirma:

Fenômenos de dispersão podem ocorrer: se uma cidade atinge, em alguns bairros centrais, uma densidade demográfica e econômica importante, criam-se centros secundários para a distribuição de mercadorias ou de serviços. Pode suceder, igualmente, que a cidade, durante seu crescimento, tenha englobado pequenos centros semiurbanos ou antigos subúrbios, que se transformaram em centros secundários. (SANTOS, p.199, 2008)

Verifica-se que, em certo momento de sua expansão urbana, uma cidade deixa de ter a centralidade baseada em um único centro e passa a ter uma organização interna contendo múltiplas possibilidades de centralidade. Nesse caso, pode-se dizer que ocorreu uma dispersão. Assim, a concentração condiciona a formação da centralidade, enquanto a policentralidade resulta da dispersão. FERRARI (1979) afirma que a cidade polinucleada deve crescer sempre pela incorporação de novos núcleos urbanos, não pelo inchaço ou crescimento de um único núcleo urbano.

Traçando um paralelo com a área estudada, é possível afirmar que a constituição do espaço urbano no Jardim Ouro Verde pode ser considerado a partir da formação de uma policentralidade do município de Campinas, isto é, pela expansão da cidade. Este processo é de caráter recente, uma vez que ele não foi incorporado à área central nos primeiros momentos da ocupação urbana, por não ter uma contiguidade com a região central, bem como por sua economia e a sua posição geográfica. No caso do

Jardim Ouro Verde, pode-se afirmar que, inicialmente, o caráter assumido por sua ocupação foi de uma ocupação informal, pois como será visto mais adiante, sua constituição se deu por meio ilegal por uma população de baixa renda que não conseguiu ter acesso a outras áreas. Contudo, a atual frente de expansão urbana tem apresentado características similares as da cidade *formal*, devido à grande quantidade de investimentos públicos que vem recebendo a partir do início do século XX.

Isso pode ser observado pela apresentação sintética do conteúdo de entrevista feita com uma antiga moradora do bairro, a dona Luzia, que lá vive desde 1976 e que pertence a Associação de Moradores do Jd. Ouro Verde. Na entrevista ela relata a formação do bairro e as transformações sofridas ao longo desses quase trinta anos de vivência na realidade local.

Assim, o relato feito por dona Luzia é esclarecedor das mudanças ocorridas. Pela entrevista foi possível extrair que inicialmente o bairro, ou uma parte dele, surgiu pela ocupação. Esses moradores se organizaram em uma Associação de Moradores e na Assembleia do Povo. Com o tempo os moradores foram se articulando e criando forças, ao mesmo tempo em que os loteamentos foram crescendo.

Em 1978, segundo De PAOLI (2000), os campineiros elegeram para prefeito o candidato Francisco Amaral, cuja proposta política era direcionada para os moradores de bairros periféricos carentes. Após a eleição, a população se organizou para cobrar essas promessas. Essa mobilização culminou na Assembleia do Povo, um movimento de luta popular pela terra em perímetro urbano que ocorreu em Campinas no final da década de 1970 e início dos anos 1980. Esse movimento teve diferentes enfoques, tais como o custo de vida, o da moradia, o da saúde, o desemprego e o transporte coletivo.

Pela entrevista, foi possível extrair que inicialmente o bairro surgiu (ou uma parte do bairro) por ocupação irregular em meados de 1970, sendo que esses ocupantes se organizaram em uma Associação de Moradores e com o tempo os loteamentos foram crescendo. A legalização das terras no Jardim Ouro Verde data desse período. Segundo o relato de D. Luiza é do final dos anos 1980, mas foi somente em 2003, que as terras foram finalmente loteadas e distribuídas entre as pessoas que moravam no bairro desde a ocupação.

Naquele momento, o bairro passou por crescimento por causa de forte migração, com pessoas oriundas de outras cidades e estados. O bairro era uma alternativa, pois essas pessoas tinham um baixo poder aquisitivo e o bairro apresentava terrenos com baixos valores imobiliários. O Jardim Ouro Verde foi legalizado no ano de 2010, com a criação de novos loteamentos e com a chegada de empreendimentos e empresas.

O bairro cresceu muito, tanto que está previsto para 2014 um plebiscito para decidir sobre a elevação deste bairro e do Jardim Campo Grande para distritos. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SP) aprovou por unanimidade o pedido de consulta popular para que as regiões ganhassem

subprefeituras. Pela decisão, a população desses bairros opinará sobre o tema junto com o primeiro turno das eleições que ocorrerão no mesmo ano.

O pedido tramitava no TRE desde maio de 2012, quando o vereador Rafa Zimbaldi protocolou a petição, após a realização de estudos e aprovação de um decreto legislativo na Câmara de Vereadores para que a consulta fosse realizada. De acordo com o parlamentar, esta era uma reivindicação das lideranças dos bairros para que eles tivessem maior autonomia administrativa. Além disso, o novo *status* de distrito também pode possibilitar a implantação de cartórios, batalhões policiais ou de Corpo de Bombeiros, melhorando a presença de serviços públicos no local.

De acordo com esse vereador, quando os votos forem apurados, em caso da maioria votar "sim", os distritos estarão automaticamente criados. A partir daí, começa o trabalho da Prefeitura de estruturar as subprefeituras para a descentralização da administração pública para aqueles bairros, assim como já ocorre dos atuais distritos de Barão Geraldo, Joaquim Egídio, Sousas e Nova Aparecida. Caso seja aprovado pela população, a criação dos dois distritos contará com recursos orçamentários da Prefeitura, não havendo, assim, aumento de impostos para a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo sobre o bairro Ouro Verde procurou estabelecer os elementos que possibilitassem a apreensão sobre urbanização recente no município de Campinas e o crescimento das novas paisagens urbanas e de centralidades periféricas por meio do estudo do bairro do Jardim Ouro Verde. Para isso, a discussão inicial girou em torno da formação e constituição de Campinas e a sua importância econômica crescente, desde o período de sua formação.

Entre as regiões no município de Campinas, a região sudoeste se apresenta como uma área de ocupação esparsa, de baixo padrão ocupacional e de população de baixa renda. Uma parte significativa das residências foi erguida a partir da autoconstrução e a população, além de numerosa, apresenta baixa renda. A urbanização excludente é resultado do modelo de desenvolvimento brasileiro atrelado a uma concepção de crescimento econômico e que, claramente, não é um fenômeno exclusivo de Campinas e região.

Na sua própria formação o bairro surgiu inicialmente como uma zona periférica, de ocupação irregular feita pelos operários que trabalhavam nas indústrias e eram recém-chegados ao município, na industrialização tributária da desconcentração industrial do estado de São Paulo. Devido aos altos preços da terra nas áreas centrais, restou para eles, ocupar outras porções do município. Com a saturação das áreas centrais e dispersão para outras áreas da cidade, ocorreu um beneficiamento desses bairros periféricos, como no caso estudado, do Jd. Ouro Verde.

O bairro Ouro Verde, permaneceu isolado por muito tempo, possivelmente por funcionar como uma espécie de bairro-dormitório, pois nota-se que as atividades econômicas existentes no bairro não são suficientes para agregar todo o contingente de mão-de-obra, de forma que os moradores trabalham nos bairros ao redor, que estão interligados por meio o Terminal Ouro Verde, situação que pode ter feito com que a população não criasse um vínculo tão profundo com o local.

Entretanto, tudo indica que isso irá mudar com o plebiscito que será realizado em 2014, para consultar a população sobre a possível elevação de Ouro Verde de bairro para distrito, o que proporcionaria a instalação de uma subprefeitura no local. Essa descentralização poderá aproximar a população das medidas e iniciativas públicas.

Provavelmente essa medida contribuirá para a melhoria do bairro. Notam-se nos últimos anos, algumas obras relacionadas à modernização do bairro, como no caso de algumas reformas realizadas no Terminal e no Hospital, além da promessa de uma revitalização do HortoShopping, que funciona como um mini Ceasa e está diretamente ligado ao Terminal, de forma que se o consumidor permanecer por no máximo duas horas dentro desse espaço e consumir um valor mínimo, ele não precisará pagar para acessar o Terminal, pois terá a sua passagem gratuita

Apesar de possuir infraestruturas como o Terminal Ouro Verde e o Hospital e Ambulatório

Ouro Verde, nota-se que muitas benfeitorias ainda precisam ser realizadas no bairro. É recorrente deparar-se com grande quantidade de lixo espalhada pela rua, além do que a população infantil precisa se deslocar para outros locais, uma vez que o bairro só conta com uma escola municipal de ensino infantil, sendo que os demais níveis escolares só possuem escolas nos bairros adjacentes.

O estudo sobre o bairro Jardim Ouro Verde permitiu uma reflexão sobre a pobreza em suas diferentes manifestações, o que leva, conseqüentemente, a se pensar sobre as diferentes ações necessárias no contexto das políticas públicas de combate a ela. Em relação ao passado não se pode negar que houve melhorias, mas a desigualdade permanece com outras facetas, já que muitos serviços urbanos estão disponíveis na atualidade, mas de forma insuficiente, o que permite aventar que a desigualdade não se manifesta apenas pela ausência de serviços públicos, mas talvez por sua qualidade, pela renda insuficiente das famílias ou pela violência cotidiana, facetas que esta pesquisa não contemplou, mas que persistem enquanto hipóteses para avançar na reflexão.

Enquanto uma abordagem monetária, a pobreza sugere o foco no crescimento econômico ou na redistribuição de renda; já a abordagem das capacidades dá ênfase à provisão de serviços públicos efetivos e de qualidade (Laderchi et al, 2006). Dessa forma, a definição clara do que seja pobreza em determinada sociedade é importante para o desenvolvimento de políticas que tenham sua redução como meta principal. (Laderchi et al, 2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTRAN, M. P. Classe média tem nova renda per capita de R\$291 a R\$1.019, diz governo. *Folha de São Paulo*. São Paulo. 29/05/1012. Caderno Mercado. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1097561-classe-media-tem-renda-per-capita-de-r-291-a-r-1019-diz-governo.shtml>> Acesso em 30 mar.2013.

ABRAMO, P. A cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura nas grandes metrópoles. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, ANPUR. Vol.9 n°2. Nov de 2007.

BAENINGER, B. F. & GONÇALVES, R. F. DE P. Novas espacialidade no processo de urbanização: a Região Metropolitana de Campinas. *Anais XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. V. 1 Campinas, 2000.

CAIADO, M. C. O padrão de urbanização brasileiro e a segregação espacial da população de Campinas: o papel dos instrumentos e da gestão urbana. In: *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. Campinas, 1998. Anais Migração, 1998 868p. p.457-458. Disponível em< <http://www.abep.nepo.unicamp.br> > Acesso em 20 mar. 2013.

CALDEIRA, T. P. do R.(1996) A cidade fortificada, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 set. 1996. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/9/22/mais!/8.html> acesso em 27/11/2012

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*.São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CANO, W. *A região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Campinas, SP: Unicamp, 2002.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 2000.

CARVALHO, P. F. de; BRAGA, R. (orgs.) *Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias*. Rio Claro: LPM-UNESP, 2001. p 95-109. Disponível em:< <http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/pol%C3%ADtica%20urbana%20e%20gest%C3%A3o%20ambiental.pdf>> Acesso em 09 de out de 2013.

DE PAOLI, T. P. *Favela código Cidade: “o muito falar e o não fazer é suar em vão”*: assembleia do povo- 1980 a 1986. Tese de Doutorado, IFCH- Unicamp. Campinas (SP), 2000.

DIÓGENES, C. S. R. *Avanços e limites da regularização fundiária na Vila Brandina (Campinas-SP)*. IGE-Unicamp. Campinas (SP), 2012. Tese de Doutorado.

FAVARETTO, B. S. *O uso privado do espaço público e a nova segregação urbana*. Monografia de Conclusão de Curso. IGE-Unicamp, 2003

FERNANDES, E. *Law and urban change in Brazil*. England, Avebury, 1995.

FERRARI, C. *Curso de planejamento municipal integrado*. 2.ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1979.

- GOMES, P. C. da C. O espaço público e as manifestações de recuo da cidadania. In: *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Cap. 7, p. 169-191.
- GROSTEIN, M. D. Metrópole e expansão urbana a persistência de processos “insustentáveis”. *São Paulo em Perspectiva*, vol.15 no.1 São Paulo, jan./mar. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000100003&script=sci_arttext> Acesso em 14 mar. 2013.
- JESUS, E. P. *Penha: de bairro rural a bairro paulistano. Um estudo do processo de configuração do espaço penhense*). Dissertação de Mestrado. FFLCH- USP, Departamento de Geografia, 2006.
- LAMPARELLI, C. e ZAN, P. "Novo conceito de plano diretor a partir da própria Constituição da República". In: *Seminário Plano Diretor Municipal*, 23 a 25 de ago. São Paulo, FAU-USP, 1989.
- LADERCHI, C.R.; SAITH, R.; STEWART, F. Does the definition of poverty matter? Comparing four approaches. In United Nations Development Programme/ International Poverty Centre. *Poverty in Focus – What is Poverty? Concept and Measures*. Brasília, 2006.
- MORAES, A. C. R. *Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia*. São Paulo: Annablume, 2011.
- MONACO DOS SANTOS, D. Atrás dos muros: considerações sobre o fenômeno Condomínios Fechados no Brasil. In: revista *Cidades: Comunidades e Territórios*. N. 6. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais, junho 2003. p. 136-147.
- OLIVEIRA, F. O Estado e o Urbano no Brasil. In Revista *Espaço e Debates* nº6. São Paulo, 1982, p.18.
- PRADO JUNIOR, C. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- RAMOS, A. W. *Fragmentação do espaço na cidade de São Paulo: espacialidades diversas do bairro da Água Branca*. Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP, Departamento de Geografia, 2001.
- ROLNIK, R. *O que é cidade*. Brasiliense, São Paulo, 2001. p. 86.
- ROCHA, S. Alguns aspectos relativos à evolução 2003-2004 da pobreza e da indigência no Brasil, *Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade*, Rio de Janeiro, jan. 2006. Disponível em: <http://www.iets.org.br/biblioteca/Alguns_aspectos_relativos_a_evolucao_2003-2004.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2013.
- _____. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003
- SANTOS, M. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, M. *Pobreza Urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- SEABRA, O. C. L. urbanização e fragmentação: Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do bairro do limão. *Tese de livre-docência*, FFLCH, USP- Departamento de Geografia, 2013.
- SEABRA, O. C. de L. Urbanização e fragmentação: apontamentos para o estudo do bairro e da

memória urbana. In: SPOSITO, Maria E. B. (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente [s.n.], 2001.

SEMEGHINI, U. *Cidade: Campinas (19860-1980): Agricultura, industrialização e urbanização*. Tese de Doutorado. IE-Unicamp, Campinas, 1988.

SILVA, R. A. *O processo de expansão urbana recente da região sudoeste de Campinas- Agentes e impactos*. Dissertação de Mestrado. Campinas: PUC-Campinas, 2013.

SOUZA, M.L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOARES, M. T. S. O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro. *Boletim Carioca de Geografia*. Rio de Janeiro 11, 1983.

SPOSITO, M. E. B. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: SP- Contexto, 1997.

UEDA, V. Loteamentos fechados e a produção do espaço urbano: algumas reflexões para o debate. In: SPÓSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Orgs.) *Cidades Médias: Produção do espaço*. São Paulo: Expressão Popular, 2006

VILLAÇA, F. J. M. Os setores industriais. A articulação espacial entre metrópole e região. In: *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. Fapesp/Studio Nobel, São Paulo, 1998, p376.

VILLAÇA, F. *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil*. In: DÈAK, C; SCHIFFER, S.R. (Orgs). *O processo de urbanização no Brasil*. São paulo: EDUSP, 1999.

ZAPAROLI, C. T. *Um balanço da prática da política urbana: Observação a partir de Campinas*. Campinas, Puccamp, 2010, p.192

RIBEIRO, L.C. e CARDOSO, A.C. Plano diretor e gestão democrática da cidade. In: *Seminário Plano Diretor Municipal, 23 a 25 de ago*. São Paulo, FAU-USP, 1989.

SITES:

<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/planos-locais-de-gestao/doc/capacit.pdf>

<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/financas/porta/>

<http://www.ibge.com.br>

<http://capital.sp.gov.br>

<http://www.ceasacampinas.com.br/novo/NoticiasVer.asp?id=1071&page=NOT%CDCIAS>

<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/09/campinas-tera-plebiscito-em-2014-para-criacao-de-dois-novos-distritos>

Anexo

Data: 12/09/2007

Local: Casa D. Luzia, no Jd. Ouro Verde

William – Como era aqui antes de você vir morar aqui? (Jd. Ouro Verde)

D. Luzia – Só barraco. A quadra aqui era só barraco, não tinha rua. Tinha rua, assim, mas só terra. Até eu tenho as fotos ali que eu vou mostrar pra vocês. Não tinha água encanada, não tinha esgoto. Mato bastante. Buraco, aquela rua lá de baixo, o buraco acho que era da altura dessa parede. Era feio aqui, viu. E que mais, tinha mais o quê?

Maíra – Mas já tinha as ruas, ou vocês que fizeram?

D. Luzia – Tinha as ruas assim, mas bem pequenininhas. Não, não... Quando eu mudei aqui, não tinha rua, era vielinha, trilho, né, trio que eles falam. E aqui a minha casa, o meu barraco era ali no meio da rua. Tudo assim, muito mato, a turma plantava. Aqui essa parte da sede aí, era só barraco.

William – E qual o motivo da ocupação?

D. Luzia – Olha, quando eu mudei pra cá, foi em 76, por aí. Foi em 76. Eu morava lá no Jardim São Fernando, pagava aluguel. Então, quando eu vim pra cá, eu tinha três crianças, três, estava na quarta, porque eu tenho cinco filhos. Aí, como a minha ex-sogra já morava aqui, aí, ela arranhou um pedacinho pra mim. Mas antes de eu vir do São Fernando pra cá, eu morei ali perto do Elza. Também a casa lá não era de alvenaria, era aquelas casas... Bom, eu falo casa de bairro, que é feita de barro mesmo, daqueles pau-a-pique. Então, você vê, naquela época ainda tinha essas casas aqui.

Maíra – Quando que foi isso?

D. Luzia – Em 76 por aí, 74, 76.

William – E quando você já veio para cá, já tinha bastante gente morando aqui?

D. Luzia – Tinha, tinha bastante. Só que não tinha o tanto que tem hoje. Era menos. E eram os barracos assim salteado, não era muito, mas tinha.

William – E quantas pessoas participaram da ocupação?

D. Luzia – Olha, na época, não lembro não. Que era bastante gente, não lembro. Até que quem começou isso aqui. Até outra vez que os meninos perguntou pra mim, eu não sabia, eu fiquei sabendo esses dias atrás. Foi a... como era o nome da mulher, Maria o nome dela, que é a mãe da moça que dá corte e costura pra nós hoje aí na sede de sábado. Ela disse que a mãe dela ajudou muito aqui. Até aí, eu não sabia. Vim saber agora esses dias. Tinha o seu Alcides, que já é agora

falecido. O outro Alcides é vivo. Quem mais que tem da época. É, eles que puxaram. Inclusive o Seu Alcides, que é o marido aqui da D. Francisca aqui do lado, ele foi um dos presidentes que mais tempo ficou. Ele e o outro Alcides, que eram dois Alcides. Tem o Tonho aqui também, que, como é o apelido dele? Ele trabalha na SANASA, ele também na época trabalhou na diretoria. Tinha minha irmã, mas minha irmã hoje trabalha em Rondônia. Então, tem bastante gente, sabe, que trabalhou aqui na época. E quem ajudou muito nós aqui nessa época, foi a Doraci, que hoje ela é professora da faculdade na PUC. Tem a Tércia, que ela é arquiteta, o Alcides Mamizuko, tem mais o Toninho que morreu, que era prefeito nosso, que ele era arquiteto também aqui. Deixa eu ver se eu lembro mais pessoas... A Conceição que foi uma das principais. O Alfredo, que, eu não sei se dá aula ainda, mas ele dava aula ali no Barnabé. É uma turminha, mas eu não lembro, o que eu mais lembro mesmo é esses que mais... Aí, tem o tal de Batata também, que ele é uma pessoa muito legal, na hora das reuniões, que às vezes a gente ia numa reunião era o dia todo, era ele que fazia comida pra gente comer.

William – E o local ali é legalizado?

D. Luzia – Aqui é. Aqui foi a primeira favela que recebeu título de consenso da terra.

William – E como conseguiram legalizar?

D. Luzia – Ah, porque os dois Alcides, eles lutaram muito para isso. Aí, a gente tinha reunião no Pio XII toda sexta-feira, que era na época da Assembleia do Povo. Inclusive a gente tem esse livro, e eu emprestei para o Seu Alcides lá em cima, e até ele não me devolveu. E eu queria que ele devolvesse porque lá tem tudo, desde o comecinho até o final. Tem quando assinou esse projeto aí, foi o [prefeito] Francisco Amaral, ele estava internado e o pessoal foi lá no hospital pra conversar com ele, ele assinou dentro do hospital. Então, tem tudo nesse livro, mas o homem não me entrega o livro.

Maíra – Quando que foi que legalizou?

D. Luzia – Foi em 82. Pega uma foto aí, que a gente está recebendo o título que deve ter... Isso aqui foi quando a gente recebeu o título, não está marcado aqui, mas acho que foi em 82, que a gente recebeu o título de concessão da terra.

William – E quanto tempo você mora aqui?

D. Luzia – Deixa eu ver... Acho que deve ter uns trinta, trinta e um anos. [19]76 foi quando começou aqui... 76, não, eu acho que foi antes que começou. Mas que eu mudei pra cá mesmo, acho que foi em 78 por aí. Porque quando eu vim pra cá, a minha filha Joselaine estava com quê? Não tinha um aninho. Ela está com 31.

Maíra – Ocuparam aqui então em 76?

D. Luzia – Já tinha uma turma antes, aqui. Aí, depois que saiu esse negócio da Assembleia do Povo, foi que aí, eles... Tinham as outras favelas também. E aí, ajuntaram todo mundo junto, porque era muita favela aqui em Campinas.

Maíra – Esse terreno era do governo?

D. Luzia – Era da prefeitura. Então, vocês vê que a gente aqui, a gente tem só a casa, o terreno continua da prefeitura. E aí, essa parte aí da sede, há uns três anos atrás, o Osvaldo queria entregar esse terreno para a prefeitura, e o Seu Alcides antes de morrer, ele pediu pra mim, ele falou assim: Luzia, pelo amor de Deus, não entregue esse pedaço pra prefeitura, porque se ela entrar aí, vocês não vai poder fazer atividade nenhuma. Porque se ela toma conta, ela vai fazer o que ela quer, ela não vai fazer o que a gente quer. Tem que ser o que eles querem, e aí, vocês vão perder o espaço das crianças brincar, das crianças jogar. Se às vezes vocês quiser fazer alguma coisa aí na parte de educação, vocês não vão poder fazer. Aí, eu segurei, que ele queria entregar, e eu falei não. Nem que fica um pouco aí, sem ninguém, mas pelo menos a gente está aí, olhando. Inclusive ali era tudo cercado, era todo de tela. E a turma, principalmente a molecada estragaram tudo a tela. Aí, o que eu fiz? Quando a tela não deu para mais nada, eu e o menino ali da rua de baixo, tiramos todinho, enrolamos e vendemos. E, bastante coisa a gente vendeu daí, que não servia mais pra nada: ferro, todas essas coisas. Foi aonde a gente construiu esses dois cômodos, que a gente queria fazer a biblioteca, e o outro cômodo é pra gente colocar coisa usada pra vender. Esses dois da frente. Aí, o Osvaldo está esperando, não sei que deputado, porque o cunhado dele trabalha em Hortolândia, então, ele tem contato com um deputado, e ele falou que um deputado agora a partir de setembro ia ajudar a gente aqui. Só que até agora. O Márcio está vindo direto aí na casa da cunhada e até agora não definiu nada pra gente.

William – Mas eles aceitaram bem a ideia de construir, legalizar?

D. Luzia – Aceitaram, ô. Então, sabe, eu falo pro pessoal, que a gente tem que segurar e ensinar as crianças que estão chegando que a gente tem que, como é que fala, tem que respeitar o trabalho de quem deixou, os que vão vir agora, que vão fazer. Porque essas crianças que estão crescendo, a gente não sabe como é que eles vão ser amanhã. A Mara quando ela entrou como presidente aqui, que ela é da Promoção Social, ela queria ajudar muito a gente aqui, mas por causa da pingaiada, começou a falar mal dela pro marido, e o marido dela pegou e tirou ela. Que ela não mora aqui, ela mora nessa rua subindo aí. Mas é uma pessoa muito legal, queria tanto trabalhar, foi por intermédio dela que a gente conseguiu fazer esses dois cômodos. Aí, fica difícil porque o pessoal daqui não ajuda, que a maioria é pingaiada, vou falar francamente. Quando não é pingaiada, é a droga. Os da

droga, a gente ainda dá um jeito porque tem uma hora que eles ainda estão bom. Agora, a pingaiada não, bebe direto. Aí, fica difícil. Aí, eu falo, eu sozinha não posso fazer nada. Agora, tá dependendo do Osvaldo, vamos ver no que... Agora, até o Ricardo falou pra marcar uma reunião, né? E não consegui ainda falar com ele, e eu preciso ir atrás dele pra ver se ele...

William – Você sabe qual é o morador aqui que mora por mais tempo?

D. Luzia – Sei. Olha, nós todos aqui nós somos 55 famílias. Bom, dá mais porque tem filhos que já casaram, moram no fundo ou moram com os pais. Mas são 55 casas. E as pessoas de mais tempo, os mais velhinhos, a maioria deles já morreram. De velhinho mesmo da época, só tem um agora. Que ele mora ali na rua de baixo, e tem os outros, tem o Geraldo Bertiolaque, que faz muitos anos, tem o Eloy, que é da diretoria, que ele também mora aqui desde o começo, ele era molecão quando ele entrou aqui, não, que eu conheço ele, ele era molecão ainda. Tem ali essa da esquina ali, da Isabel. Tem o Dito lá em cima. Tem seu Alcides. Deixa eu ver quem mais. Aqui desse lado, tem aqui a Fabiana, que é a mãe dela. Tem o Cal, mas a mãe dele ainda é viva. A Dona Brandina que é uma das primeiras. A D. Brandina e a D. Conceição são uma das primeiras que entrou aqui. Tem aqui a D. Conceição, quem mais. Tem o Tonho aqui que é da época. Esse aqui do fundo da minha casa, também, ele quando entrou aqui ele era molequinho, pequenininho, hoje ele é casado. Tem uma turminha aí, ainda, da época.

William – E o que você fazia antes e agora depois da ocupação?

D. Luzia – Eu na diretoria estou desde 86, e eu continuo até hoje. Aí, dessa última vez, eu pedi pra eles que eu queria ficar, se eles quisessem me deixar, pra me deixar bem lá em baixo, mas no fim puseram eu como segunda secretária. Não teve jeito. Eu já fui presidente por cinco anos. Secretária, desde o começo sempre eu fui primeira secretária. Quando eu entrei, eu fui como primeira secretária. Teve minha irmã também que ficou muito tempo na diretoria. E meu trabalho era assim, era sempre correr atrás do bem pra cá. Trouxe muito vereador aqui, mas dos que mais eu gostei mesmo da época dos vereadores, foi o Doutor Dário. Isso eu não minto pra ninguém, porque ele sempre ajudou a gente. E o... Eu não consigo lembrar o nome, aquele não sei que lá Coelho (Dr. Alexandre Zavaglia Coelho, coordenador do Núcleo de ensino a distância, da faculdade São Leopoldo Mandic), ele é da faculdade. A hora que eu achar o nome dele eu mostro pra vocês também. Eles foram os que mais ajudaram a gente aqui. E o Alcides Mamizuka. Mas depois o Alcides Mamizuka pisou na bola. Aquele também, o Jacob Bittar. Só que eu toquei ele daqui.

William – Mas por quê?

D. Luzia – Antes de ser vereador, ele estava sempre junto com a gente. Aí, quando ele entrou como prefeito, ele ajudava a gente também. Só que quando ele saiu e ele candidatou de novo, ele começou

a falar de todos os lugar e falou que vinha aqui fazer uma reunião com a gente, só que foi um cara que marcou que disse que ele ia vir aqui, que ia fazer um comício aqui. Só que ele chegou aqui sem comício. Aí, eu e Seu Alcides, ali em cima, pegamos e falamos pra ele: ué, disse que você vinha fazer um comício aqui pra nós, a gente ia por coisa pra vender, pra arrecadar dinheiro, cadê o comício? Aí, ele falou que não estava sabendo de nada. Aí, eu falei pra ele: olha, então pra que você coloca gente pra trabalhar com você se é gente falsa. Põe gente direito, aí, ele ficou chateado e foi embora.

Maíra – E há quanto tempo existe a Associação?

D. Luzia – É de 72, 73. Por aí.

Maíra – Então, desde que tem a ocupação, tem Associação.

D. Luzia – Os dois Alcides, ele foi um dos primeiros presidentes da Bandeirantes pra cá. Ele era o presidente de todas as favelas. E eu tenho o caderno aí, eu tenho o livro da época, tenho tudo guardado.

Maíra – Então, tinha uma relação entre as favelas. Elas tinham tipo uma associação?

D. Luzia – Todas as favelas da Bandeirantes pra cá. Isso. Então, eles pegavam assim, vamos supor, tinha aqui os dois Alcides. Aí, eles pegavam do Parque Universitário, o outro do Santa Teresinha, era tudo assim.

Maíra – E hoje em dia não tem mais essa relação?

D. Luzia – Não tem. Depois que cada um entrou na sua casa, se acomodaram e não quer saber mais de nada. Achou assim que ganhou o terreno. E não é só isso, ganhar e ir morar, a maioria é que acontece até hoje, a pessoa pega o terreno pra vender. Eles não pegam pra morar, então eles pegam pra vender. Vocês podem notar, todo lugar de invasão, tem muitos bicudos, que ele entra, ele pega o terreno pra vender, não pra morar. E eu acho isso errado, eu acho que se uma invasão, o dono do terreno particular, sei lá, ou da prefeitura, cedeu aquele terreno pro público, então, eu acho que tem que dar pra pessoa que necessita. Porque tem muita gente morando debaixo da ponte. Então, sei lá, eu acho que teria que ser assim.